

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.29, n.11-12, p.1-42, novembro/dezembro 2007

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ÊNIO JOSÉ VERRI - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO
Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH
Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN
Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO
Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN
*Diretora do Centro de Treinamento para o
Desenvolvimento*

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

ARTHUR LUCAS DE FREITAS

MÁRIO RICARDO MALLASSA

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO
(*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO
(*editoração eletrônica*)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

*Permitida a reprodução total ou parcial desta
publicação, desde que citada a fonte.*

R	ecuperação econômica, câmbio e investimentos <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	3
E	conomia paranaense: balanço de 2007 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	6
O	bservações sobre as avaliações de risco <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
P	IB do Paraná: as mudanças metodológicas e os resultados de 2005 <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	11
O	PIB dos bancos e do governo <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	13
T	rabalho decente: uma agenda brasileira <i>Silmara Cimbalista</i>	15
O	descaso com o planejamento energético brasileiro <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	18
T	ópicos da Conjuntura <i>Gilmar Mendes Lourenço, Julio Takeshi Suzuki Júnior e Guilherme Amorim</i>	20
P	araná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Arthur Lucas de Freitas, Mário Ricardo Mallassa e Monique Lovera Pastro</i>	22
E	conomia Paranaense Indicadores Selecionados	28

Recuperação econômica, câmbio e investimentos

Gilmar Mendes Lourenço*

A atual etapa de reativação da economia brasileira vem registrando componentes de sustentação bastante diferentes daqueles verificados em outros períodos de recuperação dos níveis de produção e dos negócios registrados no País desde o começo dos anos 1980.

De fato, enquanto em outros estágios do passado recente observavam-se repiques expansivos normalmente associados ao êxito inicial de estratégias de estabilização de preços, com fortes impactos sobre os patamares de demanda e ofertas domésticas, o intervalo presente enfeixa uma situação de descompasso que combina pronunciada ampliação da absorção interna (consumo, investimento e, em menor medida, gastos públicos) e reduzido ritmo de evolução da produção nacional, particularmente a de bens industriais. Em um sistema econômico inserido na dinâmica comercial e financeira global, um desequilíbrio dessa natureza é contornado por expressiva elevação do coeficiente de importações.

Outro aspecto marcante corresponde ao caráter disforme da marcha industrial. De um lado, emergem os segmentos beneficiados pela conjuntura externa favorável (capitaneada pela China e outras nações emergentes), especificamente aqueles produtores de alimentos e/ou *commodities* minerais – com menor incorporação de progresso técnico e/ou valor agregado –, e pela interferência da subida dos salários e do crédito na elevação do consumo e da inversão privados.

Conforme cálculos do Credit Suisse Brasil, as *commodities* responderam por cerca de 65,0% da variação do valor das vendas externas brasileiras nos primeiros nove meses de 2007, puxada por soja, minério de ferro, petróleo e carnes. Ademais, é destacável a diversificação dos mercados de destino, sendo o continente asiático absorvedor de grãos, carnes e minérios, e, o Oriente Médio, de açúcar e carnes.

De outro extremo, figuram os ramos afetados pela sobrevalorização da taxa de câmbio, principalmente aqueles intensivos em mão-de-obra ou com estrutura de mercado pulverizada tecnicamente, dominada por pequenas e médias empresas, ou com diminuta capacidade de substituição de suprimento interno por importado.

Por certo, a depreciação do dólar representa um fenômeno de escala planetária, em face da fartura de liquidez e da multiplicação da realização de lucros, por conta da proliferação dos processos de fusões e aquisições de companhias.

Esse fenômeno foi potencializado no Brasil pelo maciço ingresso de recursos externos, explicado pela agregação de alguns fatores, dentre os quais destacam-se o diferencial de juros internos *vis-à-vis* os internacionais, os enormes saldos comerciais produzidos pelas cotações recordes das *commodities* e a eliminação da fragilidade externa decorrente da geração de superávits em transações correntes.

Esse conjunto de elementos positivos provocou brutal modificação na estrutura de preços relativos e elevação das expectativas de lucros nas aplicações em portfólios brasileiros. O mais gritante, porém, é que a apreciação cambial aconteceu em meio à ausência de encaminhamento das reformas microeconômicas capazes de devolver o poder de cumprimento dos requisitos de competitividade sistêmica do aparelho produtivo operante no País, sintetizados na carga tributária e no custo do crédito.

Nesse sentido, restou pouco aos *policy makers* brasileiros a recorrer a expedientes pontuais de desoneração tributária e de instituição de linhas especiais de financiamento, enquanto falta ousadia para a adoção de instrumentos de defesa comercial e, sobretudo, para a redução dos juros incidentes sobre a rolagem da dívida pública interna.

Considerando os juros externos, o hiato entre inflação interna e internacional e o risco-país, o Brasil estaria pagando prêmio de risco de 3,0 pontos percentuais de juros acima dos países com risco similar, o que prejudica sobremaneira a execução de uma política industrial para melhor aproveitamento e direcionamento da enxurrada de investimentos diretos estrangeiros (IDES).

A título de reforço da argumentação anterior, os IDES líquidos no Brasil atingiram mais de US\$ 33,0 bilhões entre janeiro e setembro de 2007, 160,0% e 40,0% acima dos níveis acumulados no mesmo período e de todo o ano de 2006, respectivamente. Ainda que influenciadas por aportes específicos (Aercel/Mittar para pagamento de acionistas minoritários, aquisição da Serasa e aporte do Deutsche no Unibanco), as cifras praticamente empatam com a corrente recorde do exercício de 2000, ápice das privatizações.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

No terreno das aplicações produtivas, de acordo com estatísticas produzidas pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Brasil recuou da 14.^a para a 19.^a posição na classificação das maiores nações receptoras de investimentos diretos estrangeiros entre 2005 e 2006.

No ano passado, pela primeira vez na história foram registradas saídas líquidas de capitais de risco do País (US\$ 18,8 bilhões em ingressos contra US\$ 28,0 bilhões em evasão). No intervalo 2003-2006, as entradas e saídas de IDES do Brasil somaram US\$ 62,1 bilhões e US\$ 37,8 bilhões, respectivamente. Em compensação, as empresas brasileiras aplicaram mais de US\$ 27,0 bilhões no exterior, em um intervalo de doze meses findos em setembro de 2007, visando à otimização de escalas e posições estratégicas e à fuga das distorções da política de comércio exterior do País.

Todavia, levantamentos preparados pela mesma UNCTAD, junto a 191 corporações mundiais, apontou o Brasil como o quinto destino provável de IDES entre 2007 e 2009 (13,0% das respostas), atrás da China (52,0%), Índia (41,0%), Estados Unidos (35,0%) e Rússia (21,0%).

O elevado nível de reservas internacionais representa um grande trunfo para o Brasil assumir uma postura mais seletiva na recepção dos capitais

O elevado nível de reservas internacionais, resultante das expressivas compras de dólares realizadas pelo Banco Central (BC) em 2007 (US\$ 80,0 bilhões entre janeiro e setembro), representa um grande trunfo para o Brasil assumir uma postura mais seletiva na recepção dos capitais. O montante de reservas ultrapassou a marca de US\$ 170,0 bilhões e a dívida externa de longo prazo do País, que estaria em US\$ 150,4 bilhões. Ainda assim, o estoque de dólares em poder do Banco Central equivale a 16,0% do Produto Interno Bruto (PIB), contra 37,0% da Rússia, 30,0% da Coreia e 25,0% da Índia.

Nesse sentido, os IDES poderiam ser desconcentrados das operações de fusões e aquisições e direcionados para áreas de ponta e com apreciáveis déficits comerciais, como componentes eletrônicos e insumos químicos, que, agregados, registraram desequilíbrio nos fluxos de exportações e importações superior a US\$ 8,0 bilhões entre janeiro e setembro de 2007; segmentos com forte inserção externa (automotivo, eletrônico, papel e celulose, mineração e siderurgia); atividades ligadas a energias alternativas (etanol e biocombustíveis); e gargalos infra-estruturais subordinados ao dispêndio público, ainda crucialmente determinado pela execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A esse respeito, os pagamentos realizados pela União para atendimento dos projetos do PAC atingiram R\$ 1,5 bilhão nos primeiros nove meses de 2007, o que equivale a menos de 20,0% do total programado, sendo

que R\$ 1,0 bilhão corresponde aos compromissos anteriores ao exercício de 2007.

Nesse sentido, a submissão da sincronização entre as estratégias monetária, cambial e fiscal (contingenciamento de haveres para a obtenção de superávits primários) à necessidade de preservação da riqueza financeira em poder dos detentores de papéis do passivo do governo impôs a compressão das alocações em ativos ligados à oferta de externalidades positivas (energia, transportes, comunicações, saneamento, entre outras).

Em pouco mais de uma década, mesmo com os substanciais acréscimos de arrecadação, os recursos públicos destinados às aplicações em infra-estrutura declinaram de quase 3,0% do PIB para menos de 1,0% do PIB no Brasil, situando o País em um plano bastante desconfortável quando comparado a emergentes como Tailândia (7,7%), Coreia (5,4%), Turquia (4,6%) e México (3,8%).

Na mesma linha, o peso das inversões em infra-estrutura nos gastos não-financeiros federais caiu de 40,0%, em 1988, antes da edição da Carta Constitucional, para menos de 3,0% nos dias de hoje. Ao mesmo tempo, a participação dos gastos e políticas sociais subiu de 3,0% para 21,0%.

Essencialmente, enquanto entre o pós Segunda Guerra Mundial e a maturação dos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no começo dos anos 1980, as aplicações infra-estruturais antecediam as manifestações da demanda corrente e induziam empreendimentos privados, da década de 1990 em diante a retórica e a prática liberalizante, em paralelo ao rearranjo financeiro do Estado, constituíram campo fértil para a edificação de riscos permanentes de insuficiência de suprimento de capital social básico.

A internalização do paradigma neoliberal resultou em um processo de saída do Estado de algumas áreas estratégicas

A propósito disso, é interessante notar que a internalização do paradigma neoliberal resultou em um processo de saída do Estado de algumas áreas estratégicas e encolhimento da presença do capital privado nacional (especialmente por meio de fusões e incorporações) em outras, não compensado plenamente pela participação estrangeira, fato que explica particularmente a queda das taxas de investimento agregado.

Outro complicador está no fato de que, a despeito dos avanços registrados desde o final de 2002, os indicadores externos exibidos pelo País ainda são piores que os da maioria dos emergentes. Por exemplo, o saldo em transações correntes do Brasil (1,4% do PIB) é inferior ao da Venezuela (14,8%), Rússia (10,0%), Taiwan (7,5%), Argentina (4,0%), Chile (3,7%) e Indonésia (2,4%). Na relação reservas/dívida externa (48,6%), o País situa-se

atrás de Taiwan (462,0%), Tailândia (126,0%), Rússia (110,0%), Coreia do Sul (104,0%) e Venezuela (86,0%). Já no comprometimento do valor das exportações com juros externos, o Brasil figura no segundo posto (12,0%), perdendo apenas para a Rússia (13,4%).

Adicionalmente, no ranking "Fazendo Negócios 2007", preparado pelo Banco Mundial com base no clima competitivo de uma amostra de 178 países, o Brasil figura no 122º posto, atrás de nações como Namíbia (43º), Botsuana (51º) e Peru (58º). O Brasil é o líder disparado em esforço para o pagamento de impostos e ficou em 175º lugar em tempo gasto para a abertura de firmas (152 dias), estando à frente apenas de Congo, Guiné-Bissau e Suriname. Ademais, no Brasil, as empresas consomem mais de 2.600 horas (108 dias) por ano para o cumprimento das obrigações fiscais, contra média internacional de 56 dias.

Em direção semelhante, segundo o Índice Fiesp de Competitividade das Nações 2007 (IC-Fiesp), calculado com base em dados de 2005, o Brasil situou-se em 38º lugar entre os 43 países que representam cerca de 95,0% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, devido ao fardo tributário e aos elevados encargos financeiros incidentes sobre a renda dos agentes produtivos.

Ainda nessa área, o Brasil declinou da 66.^a posição, em 2006, para a 72.^a, em 2007, no Ranking do Relatório Global de Competitividade, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial para uma amostra de 131 países, por conta dos desarranjos constatados em parâmetros relevantes como tributos, juros, burocracia, escolaridade e qualificação de mão-de-obra, credibilidade das instituições, dimensão do mercado interno e infra-estrutura. Os primeiros postos são ocupados por Estados Unidos, Suíça, Dinamarca, Suécia, Alemanha e Finlândia. Ademais, o Brasil situou-se atrás de nações latino-americanas como Chile (26.^a), México (52.^a) e Colômbia (69.^a), e das emergentes China (34.^a), Índia (48.^a) e Turquia (53.^a).

Só a título de exemplo, os dispêndios primários da União saltaram de 21,0% do PIB, no começo dos anos 1990, para mais de 30,0% durante a primeira gestão do presidente Lula.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil teria atingido

o índice 0,800 em 2005, figurando em 70º lugar, o último entre o grupo de nações consideradas de elevado desenvolvimento. Nesse bloco, o Brasil exibe a maior desigualdade entre ricos e pobres, pois os 10,0% mais abastados auferiam renda 51,3 vezes maior que os 10,0% menos aquinhoados.

Por fim, conforme o Índice de Comércio e Desenvolvimento (ICD), calculado pela UNCTAD, o Brasil estaria apenas em 54º lugar entre 123 países, apesar de ocupar o 24º posto no valor das exportações mundiais, em função das debilidades infra-estruturais, ambientais e sociais.

Tudo isso é particularmente preocupante para um país que ainda não logrou atingir o grau de investimento, conferido pelas agências de classificação internacionais, em um momento de ameaças de instabilidade financeira nos mercados mundiais. A empresa Standard & Poor's indicou inclusive que a elevação na classificação do País virá em 2008 ou 2009 se houver uma demonstração clara acerca do caráter responsável das políticas monetária e fiscal e da existência de condições para o crescimento sustentável.

As chances de fragilização mundial vêm sendo alertadas pelas entidades multilaterais e pelos atual e anterior presidente do Banco Central dos Estados Unidos (EUA) e estão associadas à desaceleração do ritmo de crescimento da economia norte-americana (puxada pelo consumo e pelas construções residenciais); aos problemas enfrentados por aquela nação em sua fração de hipotecas imobiliárias de segunda linha (com financiamentos concedidos a agentes desprovidos de histórico de crédito); à superexpansão da economia chinesa, e à apreciação das *commodities* metálicas e agrícolas.

Essas prospecções e a crença na continuidade do movimento de recuperação do mercado interno explicam, em grande medida, a manifestação do desejo de ampliação dos investimentos produtivos pelo setor privado em 2008. Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 42,0% dos industriais consultados pretendem ampliar as inversões em 2008, sendo 42,0% para suprimento da demanda doméstica (contra 32,0% para 2007) em detrimento das vendas externas (5,0% contra 6,0% no ano anterior).

Economia paranaense: balanço de 2007

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Este texto procura descrever o comportamento da economia paranaense em 2007, tendo como base as principais pesquisas conjunturais. Apesar de não cobrirem a totalidade do exercício, as estatísticas aqui apresentadas permitem avaliar o desempenho econômico do Estado no presente ano, assim como os seus fatores determinantes.

Primeiramente, as estimativas mais recentes do IPARDES apontam para um crescimento de 6,0% do PIB do Paraná em 2007. Esta significativa expansão, superior à variação projetada para o PIB brasileiro, reflete a combinação dos resultados positivos dos setores agropecuário, industrial e de serviços, evidenciando a recuperação da economia do Estado, após dois anos de baixas taxas de crescimento.¹

Segundo dados do Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), a produção paranaense de grãos totalizará 29,2 milhões de toneladas na safra 2006/2007, o que representa aumento de 21,6% em relação à temporada 2005/2006, quando foram colhidas 24,0 milhões de toneladas (tabela 1). A soja e o milho, produtos que são representativos no PIB agrícola, deverão registrar incrementos produtivos de 25,5% e 18,6%, respectivamente, sendo os principais responsáveis pela elevação da renda no meio rural. Ademais, cabe citar a ampliação de 31,9% na produção de cana-de-açúcar, com salto de 34,5 milhões para 45,5 milhões de toneladas, em função do aumento da produtividade e da ocupação de áreas anteriormente destinadas a outras culturas, o que não deixa dúvida quanto ao aproveitamento, pelo complexo sucroalcooleiro local, das oportunidades abertas pela expansão da demanda do álcool combustível.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2005/2006 E 2006/2007

PRODUTO	PRODUÇÃO (toneladas)		VAR. (%)
	SAFRA 2005/2006	SAFRA 2006/2007	
Arroz	171 913	174 258	1,4
Feijão	819 094	766 792	-6,4
Milho	11 697 442	13 872 747	18,6
Soja	9 466 405	11 882 705	25,5
Trigo	1 204 747	1 846 803	53,3
Outros produtos	649 987	658 254	1,3
TOTAL	24 009 588	29 201 559	21,6

FONTE: SEAB/ DERAL

Em relação à pecuária, verifica-se que os abates de aves avançaram 10,2% no primeiro semestre de 2007, em comparação a igual período de 2006, subindo de 486,3 milhões para 535,7 milhões de cabeças, de acordo com dados do IBGE. Nesse mesmo intervalo, os abates de suínos cresceram 11,8%, enquanto o segmento de bovinos apresentou queda de -12,1%, como reflexo principalmente da retração das exportações.

Passando à performance do setor manufatureiro estadual, observa-se aumento de 7,6% da produção física industrial no acumulado de janeiro a outubro de 2007, correspondendo ao terceiro melhor resultado entre as unidades da federação. Tal desempenho pode ser atribuído principalmente às indústrias de veículos automotores, máquinas e equipamentos e alimentos, cujas taxas de crescimento da produção alcançaram 27,5%, 20,6% e 3,7%, respectivamente (tabela 2).

TABELA 2 - PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2007

ATIVIDADE	RESULTADO	
	Taxa (%)	Composição da Taxa
Indústria geral	7,6	7,6
Indústria de transformação	7,6	7,6
Alimentos	3,7	0,9
Bebidas	-3,7	-0,1
Madeira	-7,1	-0,4
Celulose, papel e produtos de papel	-0,2	0,0
Edição e impressão	-2,7	-0,2
Refino de petróleo e álcool	-2,8	-0,3
Outros produtos químicos	13,1	0,6
Borracha e plástico	1,7	0,1
Minerais não-metálicos	7,6	0,3
Prod. de metal - exclusive máquinas e equip.	9,4	0,3
Máquinas e equipamentos	20,6	1,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	20,5	0,4
Veículos automotores	27,5	3,9
Mobiliário	14,7	0,4

FONTE: IBGE

NOTA: Em comparação ao mesmo período do ano anterior.

* Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

Como se sabe, a ascensão da produção de veículos está relacionada ao aumento da demanda doméstica, propiciado pela ampliação do crédito, com a queda das taxas de juros, e pelos ganhos reais de salário, derivados da apreciação cambial. Adicionalmente, as exportações estaduais de automóveis vêm exibindo forte elevação, atingindo US\$ 857,0 milhões no acumulado até outubro de 2007, ante um valor de US\$ 549,5 milhões referente aos dez primeiros meses de 2006. Somente a título de comparação, as vendas externas nacionais de veículos de passeio cresceram apenas 0,3% em igual intervalo.

Já no que tange ao dinamismo dos segmentos de máquinas e equipamentos e alimentos, há forte influência da recuperação da produção e da renda da agricultura, levando à ampliação da fabricação de tratores, colheitadeiras e açúcar, entre outros bens. Segundo estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), foram produzidos 9,2 mil tratores no Paraná no período de janeiro a outubro do atual exercício, o que representou alta de 38,9%. Com 985 unidades fabricadas, o ramo de colheitadeiras registrou incremento produtivo da ordem de 124,9%.

Por outro lado, alguns segmentos apresentaram resultados negativos, como as indústrias de edição e impressão, refino de petróleo e madeireira. Nesse último caso, a trajetória descendente da produção física está ligada à diminuição das quantidades destinadas ao mercado internacional, como consequência da pronunciada valorização do real.

Nessa questão, não obstante a perda de competitividade com a queda da taxa de câmbio, constata-se expressiva ampliação das exportações totais do Estado no ano de 2007. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC),

as vendas externas do Paraná totalizaram US\$ 10,3 bilhões até outubro, correspondendo a um crescimento de 24,5%, acima da variação de 16,5% das exportações brasileiras.

Entre os ramos que vêm impulsionando o comércio exterior paranaense, sobressaem os complexos soja e carnes, que contabilizaram aumentos de, respectivamente, 37,9% e 42,5% nas exportações (tabela 3), por conta não somente da evolução das quantidades comercializadas, mas devido também à elevação dos preços internacionais. Ademais, cabe ressaltar o desempenho dos segmentos de material de transporte e cereais, cujas receitas com as exportações cresceram 14,6% e 66,3%, respectivamente, nos dez primeiros meses de 2007.

Por fim, os números do comércio varejista e do mercado formal de trabalho também confirmam o momento virtuoso da economia do Estado. No acumulado até o mês de setembro, o volume de vendas do comércio varejista registrou alta de 7,1% (tabela 4), com grande influência dos ramos de hipermercados e supermercados, equipamentos de escritório e informática e móveis e eletrodomésticos, responsáveis por aumentos de 6,4%, 27,6% e 10,6%, respectivamente, o que torna nítida a elevação do poder de compra da população.

No tocante ao mercado de trabalho, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram criadas 144,6 mil vagas formais no Paraná no período janeiro-outubro deste ano (tabela 5), garantindo a primeira posição entre os estados da Região Sul e a terceira colocação no ranking nacional. Com a geração de 62,5 mil empregos com carteira assinada, a indústria de transformação respondeu por 43,2% do total de novos postos de trabalho no período, seguida dos serviços e do comércio, com participações relativas de 22,7% e 17,1%, respectivamente.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO 2006-2007

GRUPO DE PRODUTOS	EXPORTAÇÃO (US\$ FOB)		VAR. (%)
	Janeiro-Outubro 2006	Janeiro-Outubro 2007	
Complexo soja	1 712 396 096	2 361 801 085	37,9
Material de transporte e componentes	1 710 781 956	1 960 188 140	14,6
Complexo carnes	794 118 126	1 131 893 172	42,5
Cereais	344 358 689	572 776 626	66,3
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	451 123 535	500 809 475	11,0
Madeiras e manufaturas de madeira	901 533 654	486 741 999	-46,0
Produtos químicos	246 579 779	322 019 011	30,6
Açúcar	293 431 586	311 746 116	6,2
Derivados de petróleo	238 150 070	284 804 993	19,6
Papel e celulose	242 312 674	279 032 603	15,2
Outros grupos	1 329 076 067	2 076 661 938	56,2
TOTAL	8 263 862 232	10 288 475 158	24,5

FONTES: MDIC/ SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 4 - VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2007

RAMO	VARIAÇÃO (%)
Combustíveis e lubrificantes	7,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,4
Hipermercados e supermercados	6,4
Tecidos, vestuário e calçados	4,8
Móveis e eletrodomésticos	10,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	3,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	27,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,2
COMÉRCIO VAREJISTA	7,1

FONTE: IBGE

NOTA: Em comparação ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 5 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2007

SETOR	EMPREGO FORMAL	
	Número	Part. (%)
Extrativa mineral	352	0,2
Indústria de transformação	62 500	43,2
Serviços industriais de utilidade pública	140	0,1
Construção civil	10 299	7,1
Comércio	24 779	17,1
Serviços	32 879	22,7
Administração pública	575	0,4
Agropecuária	13 072	9,0
TOTAL	144 596	100,0

FONTE: MTE/CAGED

Nota

¹ A mediana das expectativas de mercado, levantadas pelo Banco Central, aponta para um crescimento de 5,1% do PIB brasileiro em 2007.

Observações sobre as avaliações de risco

*Gilmar Mendes Lourenço**

As avaliações de risco das nações e de empresas, realizadas por agências internacionais especializadas, aferem, de forma qualitativa, a capacidade de atores econômicos, isoladamente, ou de países em conjunto, honrarem seus passivos contratados junto às instituições financeiras. As organizações encarregadas da preparação do *rating* atribuem conceitos (expressos em letras e/ou sinais), obtidos a partir do exame das variáveis de conjuntura, do ambiente político e econômico, e da opinião de *experts* dos meios empresarial, acadêmico e governamental da nação em foco.

Essencialmente, os resultados dos trabalhos sinalizam a maior ou menor possibilidade de ocorrência de moratória das dívidas dos países e das corporações. Para tanto, ocorrem revisões e atualizações periódicas nesses esforços, na perspectiva de indicações de manutenção, consolidação ou até reversão de tendências, ou, em outros termos, da verificação de *downgrades* ou *upgrades*.

Considerando que o objetivo básico consiste em referenciar a tarefa de garimpagem de recursos, por empresas e governos, junto a potenciais aplicadores e/ou emprestadores, as entidades de classificação constroem uma espécie de farol de mercado representado por nota atribuída aos papéis da dívida do emissor, especificamente debêntures, títulos de médio prazo e bônus conversíveis, exceto ações. A classificação é realizada a pedido do emissor ou por ação da organização classificadora, preservada a autonomia operacional desta.

Nessas circunstâncias, o conceito da intensidade de risco do País é determinado com base na capacidade de pagamento dos títulos de longo prazo, negociados no mercado internacional, com encaixe em algumas categorias que podem oscilar entre excelente pagador, grau de investimento (investimento prudente), especulativo, diminuta qualidade e inadimplente (*default*). Lembre-se de que o grau especulativo abarca nações que registraram episódios de decretação de moratória de suas dívidas nas décadas de 1980 e 1990.

As empresas de *rating* que desfrutam de maior credibilidade junto aos mercados são Standard & Poor's, Moody's e Fitch. Os critérios de aferição dos graus de risco podem resultar no conceito AAA (topo), que representa risco nulo de calote da dívida, e chegar nos conceitos C e D (pisos), correspondentes aos títulos que

carregam elevadas chances de não resgate no tempo aprazado e à condição de falido, respectivamente. O Brasil transita nas faixas BB e BBB, aproximando-se da classe não-especulativa.

Recentemente, a Moody's elevou os papéis da dívida externa brasileira para apenas um nível abaixo do "grau de investimento", em razão do revigoramento das contas externas e da ampliação exponencial do estoque de reservas em moeda forte do País. Mas antecipou a provável não ocorrência de melhoria nessa pontuação em curto prazo em razão das repercussões da crise do subprime nos Estados Unidos (EUA).

Na mesma linha, é relevante atentar para a existência de uma apreciação de risco singular, empreendida desde 1992 pelo banco americano JP Morgan, ocasião da renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento, de acordo com os critérios do Plano Brady, que incluíam a criação de títulos financeiros de ampla circulação no *front* externo.

O risco-país é representativo das chances de perdas das instituições financeiras internacionais em aplicações em papéis dos países emergentes

Desde então, o JP procura aferir o Emerging Markets Bonds Index Plus (EMBI+), ou o Índice dos Bônus dos Mercados Emergentes, conhecido como risco-país. O EMBI é representativo das chances de perdas das instituições financeiras internacionais em aplicações em papéis dos países emergentes, que abarcam as antigas nações tidas como em desenvolvimento da América Latina, da Europa ex-comunista, da Ásia e da África.

O índice serve para subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores de fundos de ativos de curto termo, em escala global, por refletir as flutuações médias dos prêmios pagos por títulos lançados pelos emergentes no mercado internacional, de acordo com o sentimento dos credores em relação à confiança e/ou capacidade de pagamento de débitos e/ou resgate dos papéis pelo país emissor no prazo acordado. O cálculo

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

incorpora os preços de um grupo de papéis transacionados no mercado, referenciados à remuneração assegurada por títulos da dívida do governo dos EUA, sugeridos como isentos de perigo de não pagamento.

O grau de solvência de cada país é determinado em pontos básicos sobre a rentabilidade dos bônus emitidos pelo tesouro norte-americano, conformando sobretaxa (ágio) de 1,0 ponto percentual a cada 100 de risco. Em sua mensuração, são contemplados parâmetros políticos (eleições, estabilidade das regras institucionais, abertura e funcionamento de comissões parlamentares de inquérito, denúncias e apurações de caso de corrupção etc.) e econômicos (déficit fiscal, crescimento do PIB, balança de pagamentos, montante e fluxo das dívidas externa e interna, dentre outros).

Atualmente, o risco-Brasil situa-se pouco acima de 200 pontos. Mas, chegou a 1.689 pontos em março de 1995, no ápice da crise mexicana, e ao nível recorde de 2.443 pontos, em 27 de setembro de 2002, em pleno ciclo eleitoral, a partir das suspeitas dos investidores de ocorrência de intervenção no mercado financeiro em 2003, em caso de vitória nas urnas do candidato Lula.

Neste último caso, a cotação corresponderia à necessidade de pagamento de 24,43 pontos percentuais acima dos juros americanos para a rolagem de papéis brasileiros no exterior.

Por fim, é prudente lembrar que, por sintetizarem leituras financeiras, centradas em preocupações com o comportamento dos mercados de risco em curto prazo, tais indicadores têm revelado reduzida capacidade de interferir, de maneira substancial, no comportamento da economia real dos países, sobretudo na alocação de recursos em carteiras de investimentos em ampliação e modernização da capacidade produtiva dos setores público e privado.

Não bastasse essa restrição, os mecanismos de identificação de riscos macroeconômicos ainda revelam reduzido grau de precisão. Não por acidente, os episódios de desequilíbrios mexicano (1994), asiático (1997), russo (1998) e argentino (2001) passaram quase que despercebidos pelo farol das agências internacionais. Ao contrário, a Rússia recebia notáveis elogios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Argentina superava o *rating* brasileiro.

PIB do Paraná: as mudanças metodológicas e os resultados de 2005

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

No dia 26 de novembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) das unidades da federação no exercício de 2005, em conjunto com os dados revisados de 2002, 2003 e 2004. Com isso, as estatísticas das Contas Regionais tornaram-se compatíveis com as das Contas Nacionais, dando continuidade a um processo de atualização metodológica.

De uma forma bastante genérica, os novos números do PIB dos estados, referentes ao quadriênio 2002-2005, passaram a refletir diversos aperfeiçoamentos nas fontes de dados, com a incorporação de indicadores de pesquisas anuais nas áreas de indústria, comércio, serviços e construção civil. Além disso, houve considerável avanço na utilização de informações fiscais e demográficas.

A despeito da melhoria na cobertura da agropecuária e da indústria, é certo que as alterações metodológicas asseguraram maiores ganhos qualitativos ao setor terciário, com uma aferição mais abrangente da renda gerada pelas atividades de serviços. Conseqüentemente, em comparação com os resultados anteriores ao processo de revisão, observa-se elevação do peso relativo do terciário nas economias estaduais, em detrimento dos segmentos primário e secundário, acompanhando as mudanças na composição do PIB brasileiro, apontadas na recente reformulação das Contas Nacionais.

No caso do Paraná, a participação dos serviços no valor adicionado total saltou de 41,6% para 58,3% no ano de 2004, enquanto as importâncias relativas da

agropecuária e da indústria caíram para 11,6% e 30,1%, respectivamente (tabela 1). Como resultado de uma mensuração mais precisa, as atividades de comércio e transportes, que integram o setor terciário, passaram a responder por participações muito mais altas, alcançando 16,3% e 5,5%, respectivamente, do total do valor adicionado, muito acima dos percentuais de 8,1% e 2,2% registrados antes das mudanças nos métodos de cálculo.

Ademais, os valores globais e as taxas reais de crescimento do PIB do Paraná sofreram alterações. Em 2004, último ano em que as duas metodologias foram aplicadas, o produto estadual foi recalculado em R\$ 122,4 bilhões, o que representou aumento de 12,6% em relação ao valor anteriormente vigente (tabela 2). No que diz respeito às taxas, houve mudança, para baixo, no resultado relativo a 2003, passando de 5,2% para 4,5%, com elevação da variação real referente ao exercício de 2004, de 3,2% para 4,9%.

Contraopondo-se a esses bons números, o PIB paranaense apresentou decréscimo de -0,1% em 2005, o que redundou em queda da representatividade econômica do Estado, comprovada pela participação de apenas 5,9% no PIB brasileiro no referido ano. A título de comparação, o Paraná foi responsável por 6,4% do valor final dos bens e serviços produzidos no País em 2003, por conta de um desempenho muito superior ao da economia nacional.

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO - PARANÁ - 2002-2005

ANO	COMPOSIÇÃO (%)							
	Antiga Metodologia				Nova Metodologia			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
2002	16,2	40,8	43,0	100,0	10,6	29,0	60,3	100,0
2003	19,7	39,9	40,4	100,0	13,1	28,3	58,7	100,0
2004	18,4	40,0	41,6	100,0	11,6	30,1	58,3	100,0
2005	8,5	30,2	61,4	100,0

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: Sinal convencional utilizado:
... Dado não disponível.

* Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

TABELA 2 - VALORES E TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 2002-2005

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	Antiga Metodologia		Nova Metodologia	
	Valor (R\$ milhões) ⁽¹⁾	Taxa Real (%)	Valor (R\$ milhões) ⁽¹⁾	Taxa Real (%)
2002	81 449	1,7	88 407	...
2003	99 000	5,2	109 459	4,5
2004	108 699	3,2	122 434	4,9
2005	126 622	-0,1

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) A preços correntes.

A fraca performance estadual em 2005 pode ser imputada, em grande medida, ao declínio da renda gerada pelo setor primário, decorrente das prolongadas estiagens. Como reflexo do recuo da produção, o valor adicionado da agricultura registrou redução de -9,2%, havendo forte influência das quebras das safras de milho e soja, produtos que são representativos em termos econômicos. Segundo o IBGE, foram colhidas 8,6 milhões de toneladas de milho e 9,5 milhões de toneladas de soja pelos produtores paranaenses em 2005, correspondendo a quedas de -21,6% e -7,1%, respectivamente, em comparação a 2004.

Entre as culturas duramente penalizadas pelas adversidades climáticas, cabe citar ainda o trigo e o feijão, que apresentaram decréscimos produtivos de, respectivamente, -9,3% e -16,4%. No cômputo geral, a produção de grãos do Estado atingiu 22,3 milhões de toneladas em 2005, o que representou retração de -13,1% no confronto com o ano anterior, quando foram colhidas 25,7 milhões de toneladas.

Adicionalmente, não há dúvida quanto aos desdobramentos da crise agrícola sobre os segmentos industrial e de serviços, devido à estreita articulação de determinados ramos com a atividade primária e aos impactos negativos da contração da renda da agricultura sobre a demanda interna. No caso específico do setor manufatureiro, foram registradas expressivas quedas da produção física pelos segmentos de máquinas e equipamentos, alimentos e produtos químicos, refletindo principalmente a diminuição da fabricação de tratores, colheitadeiras, derivados da soja, adubos e fertilizantes no ano de 2005.

Já em relação aos serviços, pode-se constatar influência da redução da renda agrícola sobre o desempenho do comércio. De acordo com o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista do Paraná caiu -1,0% em 2005, ficando muito abaixo do resultado nacional (crescimento de 4,8%), o que pode ser atribuído aos efeitos indiretos da retração do PIB do setor primário do Estado.

O PIB dos bancos e do governo

Gilmar Mendes Lourenço*

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 5,3% entre janeiro e setembro de 2007, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), superando a marca psicológica de 5,0%, anunciada pelo presidente Lula por ocasião do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no final de janeiro do corrente ano.

Porém, se for descontada a variação da carga de impostos (8,3%), a intensidade de incremento do PIB recuará para 4,8%, impulsionada pelos setores industrial (5,1%) e de serviços (4,7%). Na indústria, o carro-chefe foi representado pelos fabricantes de bens de capital (18,8%) e de consumo duráveis (8,7%), enquanto a dinâmica de serviços foi determinada por intermediários financeiros (10,7%).

Como se vê, a despeito do acréscimo expressivo registrado nos níveis das atividades produtivas, os motores da expansão econômica do País, nos primeiros nove meses de 2007, podem ser sintetizados na estreita e perversa relação entre os lucros dos bancos e a arrecadação pública, o que sacrifica a capacidade de investimento do restante do sistema, especialmente na superação das deficiências dos aparatos infra-estrutural e logístico.

As cinco maiores instituições financeiras privadas atuantes no País experimentaram ganhos de R\$ 18,48 bilhões entre janeiro e setembro de 2007, o que representou acréscimo de 90,0% em face de 2006. Os maiores lucros foram obtidos pelo Itaú (R\$ 6,44 bilhões), Bradesco (R\$ 5,81 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 3,84 bilhões), Unibanco (R\$ 2,62 bilhões), ABN (R\$ 2,25 bilhões) e Santander (R\$ 1,36 bilhão). Enquanto isso, o crédito subiu quase 29,0%, passando de R\$ 293,6 bilhões nos primeiros nove meses de 2006 para R\$ 378,3 bilhões no mesmo período de 2007.

Pela ótica da utilização final, as elevações mais relevantes ocorreram em importações (19,6%), formação bruta de capital fixo ou investimento (12,4%) e exportações (6,7%), atestando que o flanco externo estaria contribuindo negativamente para a variação líquida do PIB. A par disso, os desempenhos mais moderados couberam ao consumo das famílias (5,9%) e do governo (3,9%).

A concatenação entre as vertentes de demanda e oferta permite inferir que, como as receitas públicas e o faturamento dos bancos experimentaram variações substancialmente mais encorpadas que o consumo (das famílias e notadamente do governo), o Brasil ainda convive com a permanente transferência de renda do setor privado (empresas e consumidores) para o governo. Este, por seu turno, encarrega-se de efetuar a alocação da maior parcela desses recursos para as instituições financeiras detentoras dos papéis da dívida mobiliária do setor público.

O PIB brasileiro em 2007 foi influenciado pelo ciclo ascendente da economia internacional, pela valorização cambial e pela recuperação da demanda interna

Evidentemente, o comportamento do PIB brasileiro em 2007 foi fortemente influenciado pela combinação entre variáveis externas e internas. Do ângulo externo, emergem a continuidade do encaixe pleno do País no maior ciclo ascendente da economia internacional das últimas quatro décadas, capitaneado pelo funcionamento sincronizado dos aparelhos produtivos e financeiros, chinês e norte-americano, e seu reflexo na ampliação da demanda e dos preços, particularmente das *commodities* agrícolas e minerais.

No *front* interno, surge a interferência conjugada da valorização cambial (por conta da geração de enormes saldos comerciais e das operações de arbitragem com o hiato de juros internos e internacionais) e da recuperação da demanda, sobretudo de bens duráveis, imputada à recomposição dos patamares de renda e ao aumento da massa de crédito.

Em outros termos, a apreciação do real tem sido a grande responsável pela rota positiva das compras externas e da taxa de investimento, por propiciar a subida

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

de parcela do consumo e, principalmente, a deflagração e/ou consolidação dos projetos de melhoria da eficiência e/ou desobstrução de gargalos pontuais das empresas de diferentes cadeias produtivas, o que sinaliza ampliação do produto potencial e redução de pressões inflacionárias.

Já a agregação de queda da inflação, elevação dos salários (emprego e remunerações reais, puxadas pelos reajustes do mínimo), proliferação dos programas oficiais de transferência de renda e barateamento e diversificação do crédito, especificamente com a modalidade em consignação com desconto em folha, justifica a pronunciada recuperação do consumo.

O prosseguimento da rota crescente da economia do País esbarra na possibilidade de desaceleração do ritmo de expansão do comércio internacional, no caso de multiplicação dos desdobramentos negativos da crise do mercado imobiliário subprime dos Estados Unidos, nos impactos do câmbio baixo sobre a base industrial acoplada às exportações e/ou a iniciativas de substituição de importações, e na exaustão da capacidade de endividamento primária da população brasileira atrelada aos ainda elevados encargos financeiros incidentes sobre as vendas a prazo.

Trabalho decente: uma agenda brasileira

Silmara Cimbalista*

Este texto faz considerações sobre a adoção de uma agenda pelo *trabalho decente* no Brasil, promovida e disseminada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e assumida como uma das metas prioritárias do governo federal para combater a pobreza e as desigualdades sociais no País.

A denominação trabalho decente é a tradução literal do inglês *"decent work"*. Independentemente do significado da palavra, o termo 'decente', nesse contexto, sugere o sentido de dignidade do trabalho, mais do que qualquer outra conotação. A exemplo disso, com exceção de outros países de língua oficial portuguesa, a expressão trabalho decente foi chamada, em Portugal, de *trabalho digno*, que parece estar em maior sintonia e coerência com os objetivos que se pretende atingir.

O compromisso assumido pelo Brasil com a Organização Internacional do Trabalho não pode deixar de ser observado. A criação de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente entre o governo brasileiro e a OIT deverá ser implementada por meio do diálogo com as organizações de empregadores e de trabalhadores. Isto quer dizer que confederações e sindicatos são convidados a participar da implementação e consecução dessa agenda.

A concepção de trabalho decente apóia-se em quatro pilares estratégicos: 1) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego ou ocupação); 2) promoção do emprego de qualidade; 3) extensão da proteção social; e 4) diálogo social.

A conceituação de trabalho decente dada pela OIT fala de um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho.

Para cumprir o compromisso assumido com a OIT, o Brasil dividiu a agenda em quatro eixos centrais, que visariam promover: 1) a criação de **emprego** de qualidade para homens e mulheres; 2) a extensão da **proteção social**; 3) a promoção e fortalecimento do **diálogo social**; e 4) o respeito aos princípios e direitos

fundamentais no trabalho, expressos na Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, adotada pela organização em 1998.

A Agenda Nacional de Trabalho Decente levou em consideração os eixos programáticos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, incluindo os resultados apresentados no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como os objetivos da Agenda Nacional de Desenvolvimento, elaborada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e demais documentos que propõem uma política nacional de emprego.

A Agenda Nacional de Trabalho Decente estrutura-se a partir de três prioridades: gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

As prioridades listam várias linhas de ação a serem implementadas. Na primeira, no que concerne à necessidade de investimento público e privado, desenvolvimento local e empresarial para a geração de emprego, imagina-se que o impacto tributário deverá ser revisto, caso realmente se pretenda promover o desenvolvimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APLs), bem como fortalecer e ampliar o acesso das micros e pequenas empresas, cooperativas, empreendimentos de economia solidária, agricultura familiar ao crédito e recursos que incentivem a produção.

No que tange à criação de empregos com igualdade de oportunidades e de tratamento, a agenda levanta um elemento complexo, o das diversas formas de discriminação no mercado de trabalho brasileiro. A realidade brasileira está marcada por significativas e persistentes desigualdades de gênero e raça, e este é um aspecto que deve ser levado em conta nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em geral, e em particular das políticas de emprego, inclusão social e redução da pobreza.

* Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro/pesquisador do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade - GETS (UFPR), professora do Centro Universitário Franciscano (UniFAE), técnica da equipe permanente desta publicação.

As desigualdades de gênero e raça no Brasil não se referem às 'minorias', ao contrário, diz respeito às grandes majorias da população: segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003, as mulheres representam 43% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, e os negros (de ambos os sexos) representam 46%. Somados, correspondem a aproximadamente 70% da PEA (60 milhões de pessoas). As mulheres negras, por sua vez, correspondem a mais de 15 milhões de pessoas (18% da PEA) e, como resultado de uma dupla discriminação (de gênero e raça), apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os principais indicadores sociais e de mercado de trabalho.¹

A discriminação está fortemente relacionada aos fenômenos de exclusão social que originam e reproduzem a pobreza. São responsáveis pela superposição de diversos tipos de vulnerabilidade e pela criação de barreiras adicionais para que pessoas e grupos discriminados possam superar a pobreza e ter acesso ao mercado de trabalho.

A segunda prioridade espera erradicar o trabalho escravo e infantil 'em suas piores formas'. Mas, cabe perguntar: existe uma 'melhor forma'? O termo utilizado é no mínimo controverso. Contudo, exige observar que o trabalho infantil sugere o descumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina e assegura que a garantia dos direitos da criança e do adolescente é dever da família, da sociedade e do Estado.

Para que tal princípio seja posto em prática, é fundamental que se discutam, de forma clara, os diferentes papéis de cada instância na erradicação do trabalho infantil e, conseqüentemente, as causas que levam milhares de crianças e adolescentes ao trabalho, seja ele de que tipo ou forma for.

No que confere à Lei, o Brasil pode até ser considerado avançado no que se refere à proibição do trabalho infantil, porém precisa aprimorar seu sistema de fiscalização para assegurar o seu cumprimento.

Por várias razões – sendo a pobreza a principal delas –, crianças e jovens brasileiros são obrigados a trabalhar. Os governos, ao enfrentar crises econômicas, não dão prioridade às áreas que poderiam aliviar as dificuldades enfrentadas por famílias de baixa renda: não priorizam saúde, educação, moradia, saneamento básico, programas de geração de renda, treinamento e qualificação profissional, entre outros. A vida é uma luta diária pela sobrevivência para muitas famílias e, nesse sentido, as crianças são forçadas a assumir responsabilidades, auxiliando em casa para que os pais possam trabalhar, ou indo elas mesmas trabalhar para ganhar dinheiro e complementar a renda familiar.

O Brasil possui um sistema educacional deficiente que contribui, de maneira significativa, para

empurrar crianças para o trabalho. Mesmo com acesso à escola, crianças e adolescentes trabalhadores são os mais atingidos pela repetência. Após repetir várias vezes, a criança – por si mesma e pelos pais – é considerada "incapaz" de aprender, saindo da escola e sendo destinada ao trabalho. Um sistema escolar eficiente deve assegurar a permanência de todas as crianças na escola, com aprendizagem efetiva.

Percebe-se, portanto, que essa prioridade da agenda governamental é multifacetada. Somente um trabalho conjunto, em diversas frentes, poderá minimizar os efeitos de um círculo vicioso da exploração infantil e do trabalho escravo.

A terceira prioridade visa ao fortalecimento dos atores tripartites e fomenta o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática. Na prática, sugere-se que as linhas de ação fortaleçam e fomentem uma maior participação e diálogo com as organizações de empregadores e de trabalhadores, como as confederações, os sindicatos e as associações, que, em conjunto com o governo brasileiro e a OIT, comprometem-se com as metas e resultados esperados e as estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação.

A agenda pelo trabalho decente no Brasil não deixa de ser um esforço governamental para a diminuição das taxas de pobreza e de desigualdade social. Apesar de ter sido observado um desempenho positivo no emprego formal, no ano de 2006, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi gerado 1,917 milhão de empregos formais, o melhor resultado, em números absolutos, da série histórica iniciada em 1985.

Em termos relativos, esse aumento representou uma elevação de 5,77% no estoque de 33,2 milhões em 2005, atingindo o patamar de 35,2 milhões de vínculos empregatícios em 31 de dezembro de 2006. Tais dados foram oriundos da declaração de cerca de 2.834 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios, o que, comparativamente ao ano anterior, indica uma elevação de 4,0%.²

Não deixa de ser um crescimento importante do número de empregos criados, em termos da taxa de ocupação formal do trabalho, porém ainda se está aquém no que se refere às questões da igualdade de gênero e raça, e à diminuição de indicadores de desigualdade. Se, por um lado, existe uma aparente situação favorável, por outro, esse cenário se dá após um período muito desfavorável. Nos últimos quinze anos, o Brasil viveu um processo de elevação da taxa de desemprego e da precarização do trabalho, e uma queda da renda média do trabalho.

Não obstante esse quadro comece a ser revertido a partir de 2005, ainda estamos longe de superar as razões

do aprofundamento das desigualdades, do desemprego e da precarização de direitos, ou seja, do que a Organização Internacional do Trabalho denomina de “déficit de trabalho decente”. Portanto, é responsabilidade dos governos, mas também das instituições financeiras (como o Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial), reverter esse quadro.

Por fim, se a geração de empregos é a ponte entre o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e as oportunidades de desenvolvimento humano, a redução sustentável da pobreza não é possível sem crescimento econômico sustentado.

Acredita-se que o País tem condições de fazer da agenda nacional do trabalho decente um objetivo central do seu desenvolvimento incluyente, sustentável e a médio prazo, construindo, assim, uma ponte entre o social e o econômico. Para tanto, é importante que poderes públicos, empresários, trabalhadores e o terceiro setor participem efetivamente da agenda valendo-se da cooperação da OIT e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Notas

¹ ABRAMO, Laís. *Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro*. *Ciência Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 4, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2007.

² CARACTERÍSTICAS do emprego formal segundo a *Relação Anual de Informações Sociais – 2006 - RAIS 2006: principais resultados*. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/resultado_2006.pdf> Acesso em: 03 dez. 2007.

O descaso com o planejamento energético brasileiro

Gilmar Mendes Lourenço*

A indicação de insuficiência de gás natural representa apenas o sintoma das atitudes de improvisação do governo federal com o planejamento de longo prazo da área energética brasileira. O gás é uma espécie de elo entre os dois principais sistemas energéticos com limitações de suprimento no País: hidroeletricidade (limpa e barata) e termoeletricidade.

De fato, a partir da escassez de energia verificada em 2001 – por conta da combinação entre a diminuição dos níveis dos reservatórios do Sudeste, associada à estiagem, e o diminuto nível e/ou inadequação dos investimentos pretéritos –, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) acusou surpresa com o fato, até a administração Lula, as usinas termoelétricas movidas a gás foram transformadas, de maneira emergencial, em válvula de escape à geração hidrelétrica, e o consumo de gás passou a ser fortemente subsidiado.

Um conjunto razoável de unidades industriais procurou tirar proveito da conjuntura de preços e de oferta favoráveis, especialmente via oferta boliviana, para promover a reconversão da matriz energética de óleo para gás, caso dos segmentos de cerâmica e de vidros, elevando o peso do insumo na utilização de combustíveis no País para 25,0%.

A Petrobras definiu, abruptamente, em outubro de 2007, um corte de 17,0% da disponibilidade de gás natural às distribuidoras de São Paulo e do Rio de Janeiro (decisão anulada, no caso do Rio, por determinação judicial), retomando-a aos patamares previstos nos contratos (2,3 e 2,0 milhões de metros cúbicos/dia para Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente), em face do prolongamento da seca na Região Sudeste.

Com isso, a estatal confirmou a iminência de um novo apagão energético, projetada por instituições da envergadura das Centrais Elétricas Brasileiras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inclusive, a prospecção de compressão da oferta de gás levou a Petrobras a se comprometer, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a abastecer gás para as térmicas.

No tocante ao abastecimento de gás, a nacionalização setorial ocorrida na Bolívia colocou em xeque as condições de abastecimento, à mercê das decisões da YPFB, e, sobretudo, o *modus operandi* da Petrobras naquele país, devido às atitudes unilaterais das autoridades bolivianas, incluindo a quebra de contratos, a passagem das refinarias para o controle do Estado e a promoção de um arrocho tributário.

Delineia-se um panorama de insuficiência do gás boliviano em um horizonte de curto prazo

Rigorosamente, delineia-se um panorama de insuficiência do gás boliviano em um horizonte de curto prazo, diante da capacidade de oferta de 40 milhões de metros cúbicos/dia para os contratos de suprimento de 30 milhões ao Brasil, 7 milhões à Argentina, além dos 5 milhões alocados à demanda interna. No que se refere à Argentina, há o compromisso de fornecimento de 27 milhões de metros cúbicos/dia em três anos.

Cumprir reconhecer que a Petrobras vem intensificando a exploração de gás da Bacia de Santos (Mexilhão), implantando projetos no Espírito Santo (Peraó-Cangoa e Golfinho, com produção estimada de 24 milhões de metros cúbicos/dia a partir de 2009) e investindo em duas estações de regaseificação de gás liquefeito, como forma de amenização dos efeitos da instabilidade boliviana. Ainda assim, a estatal vem descumprindo as metas de produção de gás em mais de 12,0% em face da meta projetada.

Lembre-se de que a exploração da reserva (de petróleo e gás) do campo de Tupi, recentemente descoberta em águas profundas em Santos, exigirá vultosos investimentos físicos e tecnológicos (cerca de três vezes superiores aos convencionais) de longa maturação temporal (entre sete e oito anos), mas viáveis com cotação do petróleo acima de US\$ 30,00 no mercado internacional, conforme cálculos dos meios especializados.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário – FAE Business School.

Segundo estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério das Minas e Energia (MME), o País terá de conviver com déficit de 48,0 milhões de metros cúbicos/dia entre 2010 e 2016, mesmo quando considerada a produção esperada de Tupi.

O problema do gás é de competência do MME, a quem caberia preparar um plano visando à redução da excessiva dependência do País do item, realizada ainda de forma atabalhoada, e ao levantamento de alternativas de substituição mais eficientes, acompanhadas da instituição de um marco regulatório-ambiental adequado. Não menos relevante seria efetuar uma compensação das empresas afetadas, principalmente

aquelas forçadas a substituir gás por óleo combustível, em um panorama de elevação das cotações do petróleo no mercado externo e de restrições ambientais.

Contudo, os diferenciais entre os ritmos de crescimento da economia brasileira e de maturação dos investimentos em ampliação e diversificação da oferta de energia podem ofuscar os planos de inversões privados, em decorrência da multiplicação das dúvidas quanto à disponibilidade, qualidade e custo do insumo e/ou precipitar a efetivação de novos racionamentos pelas vias físicas (espontâneos ou por cotas) e financeira (preços). É o caso dos projetos de expansão dos segmentos cerâmico e de vidros.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ REGISTRA EXPRESSIVO CRESCIMENTO EM OUTUBRO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física industrial do Paraná cresceu 13,6% no mês de outubro, no resultado com ajuste sazonal em relação a setembro, o que assegurou a liderança entre as unidades da federação. No mesmo período, a produção da indústria nacional avançou 2,8%, dando continuidade ao movimento de expansão do setor manufatureiro.

Em comparação a outubro de 2006, a evolução do *quantum* industrial do Paraná atingiu 14,4%, o melhor resultado desde junho de 2005. Esse notável incremento reflete, em grande medida, os desempenhos dos ramos de veículos automotores, máquinas e equipamentos e alimentos, que anotaram taxas de crescimento de 66,0%, 44,4% e 6,4%, respectivamente. No caso da indústria automotiva, não há dúvida quanto à forte influência da queda dos juros e do aumento dos salários reais na trajetória ascendente da produção. Já no que se refere aos segmentos de máquinas e equipamentos e alimentos, além da conjuntura macroeconômica favorável, é inquestionável a contribuição do crescimento da renda agrícola para as expressivas performances setoriais, com a ampliação da produção de tratores, açúcar e farelo de soja, entre outros bens.

No acumulado de janeiro a outubro de 2007, a produção da indústria estadual registrou alta de 7,6%, no confronto com igual intervalo do ano anterior. Tal variação garantiu a terceira posição no *ranking* nacional, atrás somente de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

A CEIA DE NATAL E OS INTRUSOS

Em 2007, as festas de Natal e de Ano Novo coincidem com um momento extremamente favorável vivido pela economia brasileira. De fato, independentemente das motivações de natureza externa ou interna, a cesta de estatísticas econômicas vem embalada pela impulsão da renda líquida disponível das famílias, em virtude da subida do poder aquisitivo, provocada, em grande medida, pela concatenação entre declínio da inflação e apreciação da taxa de câmbio.

Mas não é só isso. São perceptíveis também a ampliação da massa de salários, a elevação e o barateamento da oferta de crédito

e o aumento dos prazos de pagamento das compras a prazo. Frise-se que a impulsão dos salários decorreu da combinação virtuosa entre recuperação do emprego formal, disseminação de reajustes acima da inflação (notadamente do mínimo) e efeitos multiplicadores do recebimento do décimo terceiro.

Especialmente às vésperas das comemorações, é imperioso colocar à margem aquelas tradicionais recomendações técnicas feitas aos consumidores acerca da necessidade de adoção de posturas criteriosas nas compras, de fuga do crediário e de montagem de reserva financeira para a cobertura de despesas sazonais de começo de ano (impostos, matrículas e materiais escolares e férias). Até porque, poucos seguem tais regras.

Contudo, seria prudente a lembrança de que, nessa época, as reuniões festivas contarão com a presença de “intrusos intangíveis”, ou aqueles seres que, embora participem ativamente do cotidiano das pessoas, passam despercebidos na maioria das vezes. Tais entidades podem ser agregadas na expressão carga tributária, uma incômoda visita que não deixaria de aportar nas residências e encontros de confraternização dos brasileiros, em tempos de festas.

Em outras palavras, a Ceia de Natal ou de Ano Novo não sairia incólume diante da voracidade do fisco brasileiro. Levantamentos realizados pela empresa VerbaNet Legislação Empresarial Informatizada, em uma amostra de 55 produtos típicos das solenidades de final de ano, constataram que o fardo de impostos incorporados aos preços pode superar 55,0%, se forem considerados tributos como Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Amparo ao Servidor Público (PASEP) e Imposto de Importação (II).

De acordo com a VerbaNet, poderiam ser identificadas cinco categorias de produtos, em ordem decrescente de faixa de tributação. No primeiro grupo figurariam vinhos, champanhes e espumantes importados, com peso superior a 50,0%. Num segundo bloco apareceriam os bens com incidência entre 40,0% e 50,0%, particularmente azeitona, cerveja importada (lata e *long neck*), champanhes e espumantes nacionais e procedentes dos países do Mercosul, refrigerantes de dois litros, vinhos nacionais e oriundos do Mercosul e cerveja nacional em lata.

*Economistas, técnicos da equipe permanente desta publicação.

**Administrador, Coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

O terceiro eixo abrangeria o espaço de tributação entre 30,0% e 40,0%, especificamente vinho de mesa comum, pêssego, figo, ameixa e cereja em calda, cerveja nacional de 600 ml, castanha portuguesa, nozes e amêndoas, uva passa, ameixa e tâmaras secas, avelã, torrão e chocolate, refrigerante em lata, abacaxi em calda, panetone, biscoito champanhe e castanha do Pará.

O quarto conjunto abarcaria a cunha entre 20,0% e 30,0%, incluindo produtos como salmão, peru, chester, frangos temperados, pernil, tender, lombo, pescados nacionais frescos ou congelados e bacalhau. Finalmente, a quinta vertente de tributos, em um intervalo de 10,0% a 20,0% do valor de comercialização, englobaria a classe *in natura* do pêssego, ameixa, cereja, abacaxi e uva.

O MERCADO DE CARNE SUÍNA

Em 2000, a *Food And Agriculture Organization* (FAO), organismo das Nações Unidas, estimou o consumo global per capita de carnes em 37,8 kg anuais – 38,9% de carne suína. Em 2006, a instituição divulgou que o consumo *per capita* de carnes havia alcançado 43 kg anuais, sendo 38,4% de carne suína.

A estagnação do mercado europeu de carne suína foi compensada pelo crescimento e abertura do mercado chinês. Os chineses são os maiores demandantes e produtores mundiais. União Européia, Estados Unidos e Brasil completam a lista de maiores produtores. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima que 47% da produção e do consumo mundiais sejam chineses. Qualquer variação nesse mercado é capaz, portanto,

de gerar grande impacto nas cotações internacionais. Em 2007, grandes oscilações dos preços foram provocadas pela ocorrência de casos da *blue ear disease*, ou Síndrome Reprodutiva e Respiratória Suína, em rebanhos chineses.

Os exportadores ocidentais, por outro lado, encontram-se pressionados pelos custos associados à adequação a novas leis fitossanitárias e ambientais e, sobretudo, pela escalada dos custos de alimentação dos animais, que acompanham as altas cotações dos grãos – estima-se que sejam necessários três quilos de grãos para gerar um quilo de carne suína. Os europeus atravessam um período de superprodução, que gerou declínio de 11% nos preços da carne suína no bloco, nos últimos doze meses. A queda da lucratividade, associada à valorização do euro em relação ao dólar, provocou França, Polônia e Irlanda a pressionarem o Comissariado de Agricultura Europeu por maiores subsídios. A entidade decidiu, legitimamente, reduzir as tarifas de importação de grãos. Entretanto, em clara violação das regras da Organização Mundial de Comércio (OMC), decidiu compensar os produtores europeus pela redução de sua renda – e recompensar sua menor produtividade.

O Paraná é o terceiro estado em número de abates de suínos, atrás de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A proporção de abates suínos do Paraná em relação aos do Brasil, nos últimos dez anos, variou entre 16,6% (em 2001) e 18,8% (em 1997). Segundo a Pesquisa Trimestral de Abates de Animais, realizada pelo IBGE, o Paraná respondeu por 18,4% dos abates suínos brasileiros em 2007.

Paraná - Destaques Econômicos*

Guilherme Amorim**, Arthur Lucas de Freitas, Mário Ricardo Mallassa e Monique Lovera Pastro***

AGROPECUÁRIA

Coopeler instalará miniusina

A Cooperativa dos Produtores de Leite do Território de Entre Rios (Coopeler) envolve 300 criadores de gado leiteiro, nos municípios paranaenses de Esperança Nova, Pérola, Altônia, Xambê, Francisco Alves, Iporã, Cafezal do Sul e São Jorge do Patrocínio.

Através de um projeto elaborado por técnicos da Emater e prefeituras, o Ministério do Desenvolvimento Social liberou R\$ 286 mil para compra de equipamentos, utilizados na instalação de uma miniusina de processamento de leite em São Jorge do Patrocínio, até março de 2008. O laticínio terá capacidade de processamento de 40 mil litros de leite ao dia. O terreno e dois barracões foram doados pela prefeitura do município.

NUNES, Osmar. Pequenos criam cooperativa. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2007. Caminhos do Campo, p. 8.

Aviários incentivam a produção de milho

Projetando um crescimento inédito para o setor no biênio 2007-2008, produtores de frango do Paraná, visando assegurar o milho para seus aviários, estão dispostos a pagar um preço acima da cotação do milho colhido no Estado. Os avicultores têm a intenção de pagar R\$ 1 a mais pela saca de 60 kg, medida que passaria a valer a partir da colheita da próxima safra, prevista para março.

Segundo o Sindivipar (Sindicato das Indústrias de Produtores Avícolas do Paraná), adotada a medida, cerca de 50% da produção de milho seria destinada exclusivamente para os avicultores. Entre janeiro e outubro de 2007 foram exportadas 699 mil toneladas de frango, um crescimento de 13% em relação ao mesmo período de 2006. A projeção para 2008 é de um crescimento de 15% nas exportações sobre o volume de 2007.

VALLE, Dimitri do. Para crescer, aviários pagam por milho mais caro no PR. **Folha de S. Paulo**, 4 dez. 2007. Dinheiro, p. B11.

AGROINDÚSTRIA

Pioneiro investe em ampliações

O Abatedouro Frangos Pioneiro está investindo R\$ 30 milhões em instalações no município de Joaquim Távora, no Norte Pioneiro. Parte dos recursos foi contratada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A empresa abrirá 2,4 mil vagas de trabalho até o começo de 2009. O projeto prevê a ampliação dos abates para 10 mil frangos por hora. A construção da nova unidade de abate e industrialização prevê a implantação de um novo sistema de tratamento de efluentes industriais.

A Frangos Pioneiro está incentivando a produção de milho, utilizando uma nova unidade de armazenamento em Ribeirão do Pinhal, no Norte Pioneiro. Investiu na ampliação e modernização da fábrica de rações e na diversificação de produção, com linha de frios e embutidos. A empresa participa da Unifrango, associação de exportadores que reúne 19 abatedouros e tem sede em Apucarana, no Norte do Paraná.

MARTINS, Marco. Frangos Pioneiro investe pesado de olho no mercado internacional. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 dez. 2007. p. 17.

Agrocitros amplia produção de suco de laranja paranaense

A sociedade formada pela Latco Alimentos e as avícolas Canção, Jaguafrangos e Felipe está investindo R\$ 9 milhões em um projeto de produção de suco de laranja, a Agrocitros.

Serão 409 alqueires arrendados por 20 anos, para o plantio em Cruzeiro do Oeste, e 2,5 mil alqueires, por 7 anos, por meio de parcerias, arrendamentos e uso de áreas próprias. A fábrica de sucos terá investimentos de aproximadamente R\$ 8 milhões e deverá ser construída em seis anos. A Agrocitros também pretende construir 10 aviários e 1 abatedouro, próximo aos pomares, e utilizar o esterco para a adubação.

As primeiras laranjas serão processadas na Citri Agroindustrial, de Paranaíba, que dobrou sua capacidade de produção mediante investimentos de US\$ 1,5 milhão.

LIMA, Marli. Produção de laranja e suco cresce no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 5 dez. 2007. Empresas, B16.

*Elaborado com informações disponíveis entre 01/11/2007 a 31/12/2007.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

INDÚSTRIA

Volvo desenvolve caminhões sob medida

Com a alta no mercado de caminhões, as montadoras estão se especializando na criação de veículos feitos sob encomenda para atender a necessidades específicas dos clientes. Na fábrica da Volvo, em Curitiba, a participação desses modelos na produção passou de 17%, em 2004, para 35%, em 2007. A empresa estima que 75,6 mil veículos sejam produzidos nesse ano, em todos os segmentos em que atua.

Em outubro, a Volvo entregou o primeiro de um lote de 104 caminhões desenvolvidos especialmente para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O caminhão tem as estruturas reforçadas para suportar 50 toneladas de carga e possui 5 eixos. A montadora tinha um modelo similar na Europa e a engenharia brasileira fez as adaptações para a produção local.

SILVA, Cleide. Caminhões feitos sob medida viram novo nicho para montadoras. **O Estado de S. Paulo**, 4 nov. 2007. Economia, p. B21.

Fábrica da CIC desenvolve e exporta medidores eletrônicos

A multinacional suíça Landis+Gyr está investindo no desenvolvimento de novos produtos em sua fábrica na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Nos últimos três anos, a planta passou por um processo de modernização, resultante de investimentos de US\$ 20 milhões.

A Landis+Gyr planeja alocar US\$ 10 milhões, em 2008, na produção de medidores de consumo de gás. A empresa espera exportar duzentos mil medidores para a Inglaterra, o que elevará de 10% para 20% a participação do mercado externo em seu faturamento. A unidade de Curitiba, que emprega 400 pessoas e deve contratar mais 60 pessoas quando iniciar a produção dos medidores de gás, criou um novo medidor, que exportará para a Inglaterra. Espera-se exportar 200 mil medidores para este mercado, o que elevará a participação das exportações nos negócios da empresa de 10% para 20%. A unidade de Curitiba estima faturamento bruto de R\$ 200 milhões para 2007.

RIOS, Cristina. Fábrica na CIC será referência mundial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 nov. 2007. p. 7.

Berneck amplia produção de unidade em Araucária

A Berneck S.A., com sede em Araucária, região metropolitana de Curitiba, investirá na construção de uma nova fábrica localizada em Curitiba-SC e na ampliação da unidade de Araucária. A empresa pretende dobrar de tamanho até 2009 e implantar um projeto de internacionalização, que envolve a construção de uma fábrica fora do País, provavelmente no Uruguai.

A unidade catarinense receberá R\$ 580 milhões e deve ficar pronta em 2009, com três linhas de produção: MDP (*Medium Density Particleboard*), madeira serrada e MDF (*Medium Density Fiberboard*).

A fábrica paranaense receberá R\$ 330 milhões. Até maio do próximo ano serão três novas linhas: madeira serrada, com

produtividade de 300 mil metros cúbicos anuais; melamina, com capacidade produtiva de 180 mil metros cúbicos por ano; e MDF, com 340 mil metros cúbicos por ano. Estima-se que sejam contratados 250 novos funcionários.

A Berneck espera que seu faturamento cresça 15% em 2007, alcançando R\$ 400 milhões.

RIOS, Cristina. Empresa do Paraná produzirá painéis de madeira no Uruguai. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 nov. 2007. p. 17.

Arauplast e Plasvel encerram trabalhos

Segundo o Sindicato da Indústria de Material Plástico no Estado do Paraná (Simpep), o setor tem 600 indústrias e emprega 18 mil funcionários. Entretanto, tem enfrentado dificuldades devido à guerra fiscal entre os estados, à carga tributária e à concorrência chinesa.

Mil postos de trabalho foram cortados desde agosto deste ano. A Arauplast, localizada em Curitiba, e a Plasvel, em Cascavel, encerraram atividades.

BERTOLDI, Andréa. Setor plástico fecha mil vagas no PR. **Folha de Londrina**, 8 nov. 2007. Economia, p. 4.

Falta de gás pode elevar o custo de cerâmicas e porcelanas

Preocupadas com possível falta de gás natural, insumo que chega a responder por 30% dos custos de produção do setor de cerâmica e porcelana, empresas já estudam substituí-lo pela lenha e pelo gás liquefeito de petróleo (GLP). Porém, a mudança na matriz deve elevar os custos, reduzindo a competitividade no mercado, já afetado pela concorrência com o produto chinês.

A falta de gás deverá atingir empresas como a Germer Porcelanas S.A., que acaba de investir R\$ 5 milhões na aquisição de um forno. A empresa possui uma produção de 1 milhão de peças por mês, e deve elevar seu consumo mensal de gás natural de 80 mil m³ para 200 mil m³ nos próximos dois anos.

A Incepa Revestimentos Cerâmicos investiu, nos últimos dois anos, mais de R\$ 50 milhões na modernização das fábricas, o que gerou uma redução de 5% na participação do combustível na sua estrutura de custos. Ainda assim, a participação do preço do gás no custo final de produção ainda é superior a 20%.

JASPER, Fernando. Cerâmicas temem falta de gás natural. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 nov. 2007. p. 4.

RIOS, Cristina. Pólo paranaense de porcelana prevê custo maior se faltar gás. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2007. p. 19.

Norske investe no aumento da produção

A norueguesa Norske Skog Pisa, única fabricante de papel-jornal no Brasil, investiu US\$ 210 milhões na implantação de uma segunda máquina para produção em Jaguariáiva, município cercado por áreas de reflorestamento. A máquina, que já operou na Noruega, está sendo transferida para o Paraná, e deve produzir 200 mil toneladas por ano, a partir de abril de 2009. Atualmente a empresa produz 185 mil toneladas por ano, o correspondente a um terço da demanda nacional. Com a ampliação, poderá atender a 70% do mercado.

A indústria implantará uma nova linha de produção de pasta termomecânica (TMC), insumo para a fabricação de papel, para a qual serão investidos US\$ 60 milhões. A companhia possui 16 mil hectares de florestas, ainda impróprias para o corte, e é a segunda maior consumidora de energia do Paraná. Energia e madeira representam, respectivamente, 40% e 25% do custo de produção. A Norske possui dezoito fábricas distribuídas por quatorze países, e emprega aproximadamente oito mil pessoas. A operação brasileira conta com trezentos funcionários.

LIMA, Marli. Norske Skog toca expansão no Brasil e vive crise de rentabilidade na Europa. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 nov. 2007. Empresas, p. B1.

Grupo LN fecha parceria na área imobiliária

O grupo paranaense LN fechou parceria com a PDG Realty para aumentar o volume de lançamentos imobiliários em 2008. Os objetivos da empresa são aumentar a produção, melhorar a negociação com fornecedores, aumentar o investimento em marketing e trocar experiências. A PDG Realty atua por meio da aquisição de cotas de projetos residenciais e compra de participações de empresas do setor imobiliário. O acordo prevê o desenvolvimento de cinco projetos, concentrados no Paraná e em Santa Catarina. Está previsto para o final de 2007 o primeiro resultado da parceria, um complexo de quatro edifícios na Avenida das Torres, em Curitiba. Os outros quatro empreendimentos estão previstos para o final de 2008.

A parceria será por sociedade de propósito específico (SPE), e a participação da LN irá variar entre 30% e 50%. A LN ficará responsável pela gestão imobiliária e pela execução das obras, e a PDG será responsável pela gestão financeira. Também fazem parte do grupo PDG a Bonaparte Hotéis e a Porto Fino Engenharia e Empreendimentos, que atua no segmento de condomínios fechados.

SCHEFFER, Cinthia. Mais uma empresa de São Paulo fecha parceria no PR na área imobiliária. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 nov. 2007. p. 7.

Tecnicare investe em unidade baiana

A Tecnicare Indústria e Comércio Ltda., com sede em Curitiba, instalará sua primeira fábrica fora da capital. Com investimento de R\$ 2 milhões, a nova unidade será instalada em Lauro Freitas, região metropolitana de Salvador-BA. Terá um espaço de 2 mil metros quadrados e criará cerca de cem vagas de trabalho.

A empresa, que atua no segmento de descartáveis higiênicos, produz 1,5 milhão de unidades por dia, em nove linhas de produção, na fábrica curitibana. Em 2006 a empresa faturou R\$ 60 milhões, e espera um aumento de 30% para 2007.

DO Paraná para o Brasil. **Folha de Londrina**, 22 nov. 2007. Economia, p. 3.

RIOS, Cristina. Paranaense Tecnicare vai fabricar fraldas em Salvador. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 nov. 2007. p. 22.

Cassol investe em pré-moldados

Acompanhando o ritmo de crescimento do setor da construção civil, a indústria de pré-moldados tem apresentado crescimento nos últimos meses. Segundo a Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto (ABCIC), o setor registrou crescimento de 15% em 2007, quando as empresas de

pré-moldados movimentaram cerca de R\$ 4 bilhões. Para a ABCIC, o ritmo de crescimento deve se manter em 2008.

A produção da Cassol, maior fabricante de pré-moldados do País, deve ser 20% superior à de 2006. Seus principais clientes são empresas que pretendem construir imóveis comerciais e industriais, estruturas que precisam ser erguidas com rapidez e baixo custo. A entrada no segmento residencial ainda está sendo estudada.

BOECHAT, Yan. Fabricantes de pré-moldados vão movimentar R\$ 4 bi. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 nov. 2007. Empresas, p. B1.

Renault-Nissan aumenta investimento no Brasil

A Renault está acrescentando R\$ 190 milhões aos investimentos de R\$ 780 previstos para o Brasil, até o final da década. A montadora espera encerrar 2007 com 73 mil veículos vendidos. A capacidade do parque fabril da Renault no Brasil ainda não está no seu limite. A empresa possui uma fábrica para carros de passeio com capacidade para 200 mil veículos por ano, e atualmente fabrica 120 mil. A planta para produção de veículos utilitários, com capacidade para 50 mil carros, fabrica 15 mil. Estima-se que a capacidade instalada deva chegar ao limite com os projetos da Nissan, entre 2009 e 2010. Todas as atividades da Renault do Brasil, que incluem vendas para países vizinhos e México, devem alcançar faturamento de 1,4 bilhão de euros em 2007.

JURGENFELD, Vanessa. Renault eleva investimentos no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 nov. 2007. Empresas, p.B7.

Coca-Cola construirá nova fábrica de chás

A Coca-Cola do Brasil, controladora da Matte Leão, anunciou que construirá uma nova fábrica para a produção de chás no Paraná. O local da nova unidade deverá ser Curitiba ou um dos municípios da Região Metropolitana, mantendo os 451 funcionários que trabalham na indústria instalada na região central de Curitiba. O imóvel onde funciona atualmente a linha de chás em saquinhos, e que não foi incluído nas negociações com a multinacional, foi locado até março de 2009, quando deverão ser transferidas as instalações da produção de secos e ampliada a produção de líquidos.

Atualmente, a produção de chás líquidos funciona na fábrica do Rio de Janeiro. A nova unidade no Paraná elevará a produção de líquidos e abastecerá os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e parte do Estado de São Paulo. Com investimento total de R\$ 30 milhões, a fábrica terá área de 100 mil metros quadrados. O projeto prevê crescimento de 50% em cinco anos, para atender ao aumento anual das vendas. No primeiro semestre de 2007, a Matte Leão apresentou um aumento de receita de 44%, em comparação com o mesmo período de 2005, tendo sido lançados 20 novos produtos.

COCA-COLA anuncia nova fábrica de bebidas no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 nov. 2007. p. 28.

KUNZEL, Patrícia. Leão Júnior garante que linha de chás não deixará o Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 nov. 2007. p. 23.

LIMA, Marli. Davidovich, da Coca-Cola, assume Leão Júnior. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 nov. 2007. Empresas, p. B4.

POMBO, Luciana. Coca-Cola anuncia nova fábrica de chás no PR. **Folha de Londrina**, 29 nov. 2007. Economia, p. 3.

Perdigão completa aquisição da Batávia

A Perdigão passa a ter 100% de controle sobre a Batávia S/A Indústria de Alimentos, localizada em Carambeí, região dos Campos Gerais. A empresa detinha 51% do controle acionário e adquiriu os outros 49% junto às cooperativas Agromilk, Castrolanda, Batavo e Capal pelo valor de R\$ 155 milhões.

Além da unidade paranaense, que possui 1,7 mil funcionários e concentra a produção de iogurtes, *petit-suisse*, leites especiais, sobremesas e leite longa-vida, a Batávia conta com uma planta em Concórdia-SC.

AMPUDIA, Ricardo. Perdigão adquire ações da Batávia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 nov. 2007. p. 23.

PERDIGÃO paga R\$ 155 milhões e detém controle total da Batávia. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 nov. 2007. Empresas, p. B16.

Moinho Globo fecha parcerias

O Moinho Globo, de Sertanópolis, norte do Paraná, fechou duas parcerias para aumentar a oferta de produtos com maior valor agregado. Uma das parcerias será com o grupo Massa, para a comercialização, no varejo, de farinha de trigo e misturas prontas. A parceria com o grupo terá duração de cinco anos e prevê a venda de mil toneladas de farinha por mês. Outra parceria foi firmada com o Instituto Ayrton Senna, com duração de um ano. O moinho fabricará misturas para panetones e irá terceirizar a sua produção. A empresa pretende, em 2008, colocar a marca do Instituto também em misturas para bolo.

A Globo tem capacidade para moer 11 mil toneladas de trigo por mês. A última alteração da estrutura ocorreu em dezembro, quando foram investidos R\$ 5 milhões na compra de máquinas, que aumentaram a capacidade de produção em 50%.

Atualmente, o Moinho Globo possui 140 empregados e estima faturar R\$ 70 milhões em 2007, R\$ 6 milhões a mais em comparação com 2006.

LIMA, Marli. Moinho Globo faz parcerias para agregar valor. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 dez. 2007. Empresas, p. B14.

COMÉRCIO

Peugeot inaugura concessionária

O Grupo Le Lac, revendedor da marca Peugeot e presente há 12 anos no mercado paranaense, inaugurou em novembro a sua quarta concessionária em Curitiba, a sexta no Paraná, resultado de um investimento de R\$ 1 milhão. O Grupo é detentor das bandeiras Le Lac, Le Parc e Le Champs. Curitiba, atualmente, representa 5% das vendas da Peugeot no Brasil.

PEUGEOT amplia investimentos no Estado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 7 nov. 2007. p. 29.

Havana investe em Curitiba

A rede argentina Havana, fundada em 1947 e oficialmente instalada no Brasil a partir de 2007, entrou no mercado curitibano no mês de novembro. A Havana possui mais de 200 lojas distribuídas por Argentina, Chile, Paraguai e Brasil. Os produtos

da marca – alfajores, doce-de-leite e chocolates – são importados de Mar del Plata, centro-leste argentino. Com um investimento de R\$ 300 mil, foram abertos três pontos de venda na capital.

LAUFER, Felipe. Alfajores e outras especialidades da Havana estréiam em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 nov. 2007. Economia, p. 5.

FOMENTO

Incentivo aos Arranjos Produtivos Locais

O governo federal anunciou apoio a novos projetos dos APLs (Arranjos Produtivos Locais) em todo o Brasil. No Paraná, os setores considerados prioritários para receber apoio do governo federal são: o de confecções, cujas cidades-pólo são Cianorte, Terra Roxa e Apucarana (em fase inicial); o de madeira e móveis, em União da Vitória, que envolve trabalhadores de outros seis municípios; o de móveis, em Arapongas; e o de gesso, cal e calcário, com sede em Curitiba.

Os APLs funcionam por meio de um Grupo de Trabalho Permanente (GTP APL), coordenado pelo Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (DMPE), vinculado à Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP), do MDIC.

GOVERNO vai investir em APLs do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 nov. 2007. p. 23.

INFRA-ESTRUTURA

Copel vence leilão por linha de transmissão

A Copel arrematou um dos sete lotes de linha de transmissão leiloados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Com uma receita de R\$ 665 mil ao ano e deságio de 52,85% em relação ao máximo estabelecido pela Aneel, a Copel será responsável pela construção, operação e manutenção da linha, que tem 29 quilômetros e fica entre as subestações de Bateias, em Campo Largo (região metropolitana de Curitiba), e do Pilarzinho, na capital.

A ligação irá reforçar o anel elétrico formado por subestações e linhas de alta capacidade que abastecem Curitiba e região, principalmente Rio Branco do Sul e seu pólo cimenteiro, grande demandante de energia.

A operação deve ter início 15 meses após a assinatura do contrato, que prevê investimentos de R\$ 10,47 milhões. A concessão é válida por 30 anos.

CHICO, Santos e Rafael Rosas. Estatais são destaque no leilão de transmissão. **Valor Econômico**, 8 nov. 2007. Empresas, p. B8.

COPEL entre as empresas arrematantes no leilão de energia. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 8 nov. 2007. p. 29.

JASPER, Fernando. Copel investirá R\$ 10,5 mi em linha de transmissão. **Gazeta do Povo**, 8 nov. 2007. p. 21.

Empresas investem para evitar “apagão”

Com a crise do fornecimento do gás natural, empresas de diversos setores antecipam projetos de co-geração, adotando programas de contingência e de redução de consumo.

A Kraft Foods pretende utilizar GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), em caso de desabastecimento de gás natural. Em 2007 a economia da empresa superou as expectativas e deve chegar a 5% (3 mil megawatt). A partir de 2008, a Kraft irá substituir os atuais motores por modelos mais eficientes.

A Berneck, fabricante de painéis de madeira com sede em Araucária, está investindo R\$ 60 milhões em um programa de co-geração que deve reduzir pela metade o seu consumo de energia, atualmente de 24 mil MW. A empresa também reaproveitará cavacos para a geração de energia.

A rede Wal-Mart, que já obteve uma redução de 3,6% no consumo de energia em relação a 2005, pretende reduzir em 30% o consumo de energia, até 2020, nas suas 304 lojas no Brasil.

Na fábrica da Bosch de Curitiba as lâmpadas estão sendo substituídas e os motores mais potentes serão trocados por equipamentos mais novos.

A Volvo, que já substituiu as suas lâmpadas, prepara-se para mudar o sistema de ar comprimido da fábrica, o que deve resultar em uma economia de 1,2 mil MW/h. Até 2008, a empresa pretende reduzir 28% de seu consumo, em relação aos níveis de 2005.

Após trocar o GLP pelo gás natural, há dois anos, a Brafer Construções Metálicas adquiriu um gerador a diesel para reduzir o consumo de energia elétrica em períodos de pico de consumo.

O grupo Santa Maria, com atuação na área de papel e madeira, já possui uma linha de transmissão privada de 45 km, duas pequenas centrais hidrelétricas (PHCs) no Rio Jordão, capazes de gerar, somadas, 41 MW, e até o final de 2007 entra em operação um novo gerador que vai fazer co-geração a partir de resíduos de madeira, com investimentos estimados em R\$ 8,2 milhões.

JASPER, Fernando; RIOS, Cristina. Empresas aceleram investimentos para evitar “apagão”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 nov. 2007. p. 4.

RIOS, Cristina. Santa Maria tem produção própria. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 nov. 2007. p. 4.

Compagas amplia a distribuição de gás

A Companhia Paranaense de Gás (Compagas) investirá R\$ 10 milhões na ampliação da rede de gás natural em Ponta Grossa. A previsão é de que a rede de 13 km seja construída em 11 meses. Oito indústrias já entraram em contato com a Compagas e mostraram interesse em consumir gás natural. A empresa também pretende fornecer combustível para cinco postos. Com a nova rede, a cidade poderá dobrar o consumo atual de 30 mil m³ por dia.

BERTOLDI, Andréa. Compagas investe R\$ 10 milhões em Ponta Grossa. **Folha de Londrina**, 20 nov. 2007. Economia, p. 4.

Repar prepara fornecedores paranaenses

Uma parceria entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae-PR) e a Petrobras foi formada para a realização do 1.º Neg-Sul – Encontro de Negócios. A finalidade

foi aproximar a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar/Petrobras) e as dezoito empresas que venceram as licitações para a sua ampliação.

O projeto deve ser construído até 2011, com a participação de pequenas e médias empresas paranaenses. Esses novos fornecedores foram treinados, desde maio, para cumprir as exigências da Petrobras, no Programa da Cadeia Produtiva do Petróleo, Gás e Energia.

O orçamento, superior a US\$ 3 bilhões, também contempla investimentos na Unidade de Negócios da Industrialização do Xisto, em São Mateus do Sul, e o terminal de derivados Transpetro, em Paranaguá.

As oportunidades abrangem 84 setores, entre eles os serviços de apoio e suporte funcional, de infra-estrutura, de suporte direto a obras e engenharia, e equipamentos de informática, segurança, coleta de lixo e reciclagem.

SANCHOTENE, Marco. Repar abre espaço para pequenos fornecedores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 nov. 2007. p. 23.

SANCHOTENE, Marco. Oportunidades abrangem 84 setores. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 nov. 2007. p. 23.

SAIKI, Lyrian. Repar à procura de fornecedores. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 nov. 2007. p. 29.

Hidrelétrica de Mauá receberá investimento maior

Com autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) repassará um montante de R\$ 2,14 bilhões para o financiamento de quatro obras de geração e transmissão de energia elétrica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Serão R\$ 340 milhões a mais para as obras da Usina Hidrelétrica de Mauá, utilizados pela parceria entre a Eletrosul e a Companhia Paranaense de Energia (Copel).

USINA de Mauá receberá R\$ 340 mi do BNDES. **Folha de Londrina**, 30 nov. 2007. p. 4.

Brafer investe em Araucária

A paranaense Brafer Estruturas Metálicas está investindo aproximadamente R\$ 30 milhões na unidade de Araucária e na aquisição de uma fábrica no Rio de Janeiro.

A matriz teve sua área produtiva ampliada em 20%, chegando a 30 mil metros quadrados em três anos. Foram adquiridos equipamentos importados para sua modernização, num total de US\$ 3,5 milhões.

A fábrica carioca foi transformada em unidade de estruturas metálicas, com um aporte de R\$ 25 milhões. A empresa alegou proximidade aos clientes e facilidade na compra, uma vez que executa 90% de suas obras fora do Paraná, principalmente em Minas Gerais.

Em 2007, a Brafer faturou 30% a mais que no ano anterior, quando seu faturamento bruto alcançou R\$ 115 milhões. Em 2005, a empresa tinha 20% de seu faturamento alocado nas exportações. Atualmente, realiza no Uruguai sua única operação internacional, a construção da fábrica de celulose da Metsa-Botnia, companhia finlandesa.

CARNIERI, Helena. Brafer, de Araucária, constrói fábrica de R\$ 25 milhões no RJ. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 dez. 2007. p. 18.

SERVIÇOS

Qualificação de mão-de-obra

O Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) investirá, até 2010, R\$ 1 bilhão na qualificação de 600 mil trabalhadores paranaenses.

A meta faz parte do Programa Educação para a Nova Indústria, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com o investimento, o número de matrículas nas áreas de formação básica e profissional do Sistema FIEP terá um aumento de 30% nos próximos quatro anos.

O programa Educação para a Nova Indústria prevê investimentos de R\$ 10,5 bilhões para formar 16 milhões de pessoas em todo o Brasil. O objetivo da iniciativa é elevar a oferta de mão-de-obra qualificada para o setor industrial.

FIEP investe R\$ 1 bi para capacitar trabalhadores. **Folha de Londrina**, 14 nov. 2007. Economia, p. 4.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sascar cresce com novos produtos

No segmento de rastreamento de veículos com tecnologia GSM, a empresa paranaense Sascar tem crescido entre 35% e 45% ao ano desde 2001, e pretende fechar 2007 com faturamento de R\$ 95 milhões.

A Sascar aposta em novos produtos para atingir suas metas e investe cerca de 10% de seu faturamento anual em pesquisa e tecnologia. Para o lançamento do Sascar AVD, novo produto de rastreamento, foram 18 meses de desenvolvimento e pesquisa, além de US\$ 1 milhão investido.

Entre 2004 e 2006, segundo a consultoria Deloitte e a revista *Exame Pequenas e Médias Empresas* (Exame PME), a Sascar ficou entre as cinquenta empresas brasileiras com maior crescimento, e em quinto lugar no item inovação.

LAUFER, Felipe. Sascar prevê receita 35% maior este ano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 nov. 2007. p. 17.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007 ⁽¹⁾	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007 ⁽¹⁾	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007 ⁽¹⁾	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007 ⁽¹⁾	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2007

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	151 216	28 283	32 006
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	156 148	23 409	35 519
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	167 791	27 108	36 645
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	157 287	28 803	32 619
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	158 758	28 228	34 968
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	155 421	25 939	35 006
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	150 009	30 095	34 262
2004	1 557 747	276 806	340 568	2007 ⁽¹⁾	977 941	139 678	219 285
2005	1 788 481	308 947	367 765	Janeiro	171 625	24 474	36 043
2006 ⁽¹⁾	1 856 061	316 898	390 394	Fevereiro	148 550	22 662	33 603
Janeiro	159 589	21 644	30 330	Março	167 834	22 124	38 377
Fevereiro	146 023	22 502	28 110	Abril	154 305	22 120	33 389
Março	162 965	25 587	28 167	Maior	174 150	25 067	40 391
Abril	137 718	24 256	27 353	Junho	161 478	23 230	37 481
Maior	153 136	31 044	35 409				

FORTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2007

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2003	3 112	10 449
1977	1 356	8 826	2004	3 147	10 619
1978	1 614	9 636	2005	811	6 444
1979	1 635	12 575	2006	545	7 648
1980	1 936	13 482	Janeiro	62	450
1981	1 954	14 105	Fevereiro	82	484
1982	1 179	6 606	Março	67	633
1983	1 079	3 345	Abril	48	579
1984	1 748	7 921	Maior	44	849
1985	2 167	9 728	Junho	15	822
1986	2 029	10 588	Julho	-	897
1987	2 121	9 479	Agosto	24	582
1988	1 567	8 847	Setembro	46	657
1989	1 386	6 189	Outubro	50	671
1990	885	4 111	Novembro	56	551
1991	584	2 677	Dezembro	51	473
1992	593	2 893	2007	985	9 199
1993	1 038	4 475	Janeiro	78	403
1994	1 707	9 011	Fevereiro	64	548
1995	859	5 095	Março	90	744
1996	897	4 180	Abril	68	838
1997	1 296	6 062	Maior	145	964
1998	1 380	6 025	Junho	100	1 045
1999	1 351	4 854	Julho	137	1 141
2000	1 692	6 251	Agosto	163	1 283
2001	2 046	8 307	Setembro	52	1 017
2002	2 448	9 752	Outubro	88	1 216

FORTE: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2006

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006 ⁽¹⁾	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2005-2006

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2005	2006		2005	2006	
Exportação	10 022 668 933	10 001 941 223	-0,2	118 308 387 113	137 469 700 421	16,2
União Européia	3 118 383 337	2 982 919 264	-4,3	26 492 519 238	30 373 023 712	14,6
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 320 186 770	-7,2	18 552 197 089	20 792 729 949	12,1
Mercosul	946 408 327	1 261 698 747	33,3	11 726 093 723	13 950 426 317	19,0
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 255 989 679	1 218 390 239	-3,0	22 741 381 375	24 679 041 793	8,5
Aladi (exclusive Mercosul)	1 127 158 279	1 033 400 073	-8,3	13 702 190 590	17 431 581 054	27,2
Oriente Médio	636 604 302	811 978 579	27,5	4 286 140 965	5 745 275 369	34,0
África (exclusive Oriente Médio)	395 414 399	496 229 496	25,5	5 977 269 239	7 448 581 743	24,6
Outros	1 119 406 014	877 136 049	-21,6	14 830 594 894	17 049 040 484	15,0
Importação	4 527 221 972	5 977 952 974	32,0	73 605 508 858	91 383 878 181	24,2
União Européia	1 762 027 527	1 770 208 128	0,5	18 145 598 669	20 125 607 295	10,9
África (exclusive Oriente Médio)	625 640 601	1 229 935 776	96,6	6 661 978 129	8 088 572 006	21,4
Ásia (exclusive Oriente Médio)	546 762 798	831 369 348	52,1	16 870 088 655	22 886 357 634	35,7
Mercosul	561 366 680	756 177 796	34,7	7 053 699 522	8 967 789 544	27,1
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	470 315 971	523 376 138	11,3	12 852 734 192	14 850 531 742	15,5
Aladi (exclusive Mercosul)	191 671 436	315 035 186	64,4	4 562 816 436	7 345 732 353	61,0
Oriente Médio	297 895 452	118 432 981	-60,2	2 509 617 837	3 160 242 433	25,9
Outros	71 539 502	433 415 615	505,8	4 948 975 418	5 959 045 174	20,4

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-OUTUBRO 2006		JANEIRO-OUTUBRO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Soja em grão	636 291 603	7,7	973 439 030	9,5	53,0
Carne de frango "in natura"	668 047 682	8,1	905 553 175	8,8	35,6
Automóveis	549 479 970	6,6	856 959 806	8,3	56,0
Farelo de soja	661 405 449	8,0	792 553 093	7,7	19,8
Cereais	344 358 689	4,2	572 776 626	5,6	66,3
Motores para veículos	546 499 226	6,6	425 427 982	4,1	-22,2
Óleo de soja bruto	279 289 825	3,4	400 379 819	3,9	43,4
Madeira compensada ou contraplacada	324 524 761	3,9	322 439 266	3,1	-0,6
Açúcar bruto	286 462 508	3,5	308 695 707	3,0	7,8
Papel	241 823 836	2,9	283 985 008	2,8	17,4
Tratores	176 176 952	2,1	209 164 457	2,0	18,7
Autopeças	182 583 275	2,2	197 674 421	1,9	8,3
Óleo de soja refinado	134 840 276	1,6	195 408 801	1,9	44,9
Café solúvel	132 948 039	1,6	156 442 307	1,5	17,7
Álcool etílico, não desnatado	103 505 516	1,3	156 738 369	1,5	51,4
Outros produtos	2 995 624 625	36,2	3 530 837 291	34,3	17,9
TOTAL	8 263 862 232	100,0	10 288 475 158	100,0	24,5

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO 2006-2007

PRODUTO	JANEIRO-OUTUBRO 2006		JANEIRO-OUTUBRO 2007		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Óleos brutos de petróleo	1 032 017 712	17,3	1 251 749 595	21,2	21,3
Aduos e fertilizantes	363 486 101	11,1	805 690 582	7,5	121,7
Automóveis	260 241 655	8,5	619 237 778	5,4	137,9
Autopeças	366 301 259	7,6	551 102 511	7,5	50,5
Produtos químicos orgânicos	286 909 229	4,5	326 306 633	5,9	13,7
Motores para veículos	186 701 563	3,2	230 368 502	3,8	23,4
Plásticos e suas obras	137 892 029	3,0	217 692 615	2,8	57,9
Computadores e acessórios	80 703 073	2,6	186 140 723	1,7	130,6
Cereais	83 655 710	1,9	135 538 497	1,7	62,0
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	113 635 606	1,8	132 848 615	2,3	16,9
Compressores e bombas	113 437 030	1,7	124 467 267	2,3	9,7
Rolamentos e engrenagens	66 337 020	1,1	80 021 392	1,4	20,6
Papel	56 267 353	0,9	68 468 183	1,2	21,7
Geradores e transformadores, elétricos	42 279 652	0,9	63 737 926	0,9	50,8
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	39 402 647	0,8	60 984 685	0,8	54,8
Outros produtos	1 631 731 262	33,1	2 398 734 576	33,6	47,0
TOTAL	4 860 998 901	100,0	7 253 090 080	100,0	49,2

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2007

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006 ⁽¹⁾	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 579	2 820 127
Fevereiro	628 929	348 836	280 093	8 750 217	5 950 613	2 799 603
Março	857 017	562 085	294 932	11 366 397	7 732 025	3 634 371
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 731 688	3 071 789
Maio	699 260	302 104	397 156	10 274 815	7 280 810	2 994 005
Junho	721 879	323 658	398 220	11 434 687	7 370 655	4 064 032
Julho	1 120 130	642 524	477 606	13 621 551	7 990 400	5 631 150
Agosto	1 114 474	847 146	267 328	13 641 816	9 120 714	4 521 102
Setembro	854 701	451 842	402 859	12 547 906	8 118 937	4 428 969
Outubro	863 970	613 480	250 489	12 658 762	8 774 530	3 914 232
Novembro	817 786	632 830	184 956	11 865 698	8 673 177	3 192 521
Dezembro	931 856	484 154	447 702	12 233 668	7 219 749	5 013 919
2007 ⁽¹⁾	11 381 162	8 090 815	3 290 347	146 418 269	110 015 449	36 402 821
Janeiro	659 338	474 086	185 252	10 983 868	8 467 086	2 516 782
Fevereiro	761 248	539 368	221 879	10 129 505	7 230 463	2 899 042
Março	1 005 314	751 250	254 064	12 888 956	9 569 426	3 319 530
Abril	1 028 832	507 388	521 444	12 446 172	8 268 324	4 177 848
Maio	1 086 942	740 516	346 426	13 647 281	9 788 202	3 859 079
Junho	1 121 023	608 643	512 380	13 118 083	9 298 264	3 819 820
Julho	1 139 258	1 055 812	83 446	14 119 548	10 775 914	3 343 634
Agosto	1 177 934	733 371	444 562	15 100 029	11 565 027	3 535 001
Setembro	1 063 477	867 285	196 192	14 165 675	10 695 391	3 470 284
Outubro	1 245 111	975 592	269 518	15 767 822	12 332 506	3 435 316
Novembro	1 092 687	837 504	255 184	14 051 330	12 024 847	2 026 484

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2007

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Setembro	0,02
2000	6,23	Outubro	0,92
2001	5,90	Novembro	0,68
2002	12,02	Dezembro	0,30
2003	6,46	2007	4,03
2004	10,40	Janeiro	0,16
2005	4,05	Fevereiro	0,24
2006	4,82	Março	0,61
Janeiro	1,21	Abril	0,51
Fevereiro	0,15	Maio	0,56
Março	0,53	Junho	0,36
Abril	0,76	Julho	0,33
Maio	0,30	Agosto	-0,09
Junho	-0,06	Setembro	0,47
Julho	0,12	Outubro	0,24
Agosto	-0,23	Novembro	0,58

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2007

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
2006	3,14	3,79	3,83	4,29	5,04
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Mai	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	0,33	0,81	0,47	1,16	0,21
Novembro	0,31	0,57	0,75	0,75	0,23
Dezembro	0,48	0,26	0,32	0,11	0,36
2007	3,69	6,32	5,89	7,40	5,59
Janeiro	0,44	0,43	0,50	0,32	0,45
Fevereiro	0,44	0,23	0,27	0,19	0,21
Março	0,37	0,22	0,34	0,11	0,27
Abril	0,25	0,14	0,04	0,02	0,46
Mai	0,28	0,16	0,04	-0,04	1,15
Junho	0,28	0,26	0,26	0,09	0,92
Julho	0,24	0,37	0,28	0,42	0,31
Agosto	0,47	1,39	0,98	1,96	0,26
Setembro	0,18	1,17	1,29	1,64	0,51
Outubro	0,30	0,75	1,05	1,02	0,49
Novembro	0,38	1,05	0,69	1,45	0,48

FONTES: IBGE, FGV

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
2006	4 825 757	2 637 502	1,83	6 021 426	56 686	106,22	3 406 894	278 963	12,21	1 431 185	328 469	4,36
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35
Outubro	402 599	2 624 714	0,15	507 650	55 677	9,12	276 919	277 539	1,00	111 603	327 447	0,34
Novembro	424 608	2 631 833	0,16	521 583	56 268	9,27	297 881	278 330	1,07	119 962	327 780	0,37
Dezembro	414 980	2 637 502	0,16	490 063	56 686	8,65	302 247	278 963	1,08	122 875	328 469	0,37
2007												
Janeiro	442 919	2 644 799	0,17	443 091	56 973	7,78	307 101	279 356	1,10	130 369	328 967	0,40
Fevereiro	418 413	2 651 148	0,16	526 251	57 325	9,18	319 034	279 557	1,10	136 238	329 555	0,41
Março	418 469	2 655 889	0,16	502 165	57 583	8,72	322 547	279 942	1,15	135 601	330 086	0,41
Abril	435 110	2 660 491	0,16	524 576	58 057	9,04	336 068	280 786	1,20	132 617	330 880	0,40
Mai	422 852	2 665 712	0,16	515 276	58 173	8,86	300 165	281 588	1,07	126 826	331 464	0,38
Junho	491 131	2 669 686	0,16	526 908	58 132	9,06	289 729	281 981	1,03	116 996	331 744	0,35
Julho	404 262	2 650 948	0,15	526 725	57 432	9,17	282 438	280 066	1,01	115 254	331 563	0,35
Agosto	428 380	2 680 236	0,16	551 414	57 612	9,57	297 336	283 182	1,05	115 914	332 334	0,35
Setembro	437 504	2 680 617	0,16	543 728	57 851	9,40	310 514	283 500	1,10	121 689	332 231	0,37
Outubro	442 598	2 695 815	0,16	541 808	58 262	9,30	313 509	284 492	1,10	128 941	332 726	0,39

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2007

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
2006	716 112	7 882	90,85	573 640	3 855	148,80	23 695	582	40,71	16 998 709	3 313 939	5,13
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 194	3 288 907	0,42
Outubro	59 897	7 645	7,87	44 591	3 798	11,74	2 015	585	3,44	1 405 274	3 297 405	0,43
Novembro	59 821	7 808	7,66	48 239	3 814	12,65	1 919	582	3,30	1 474 013	3 306 415	0,45
Dezembro	60 123	7 882	7,63	47 926	3 855	12,43	1 979	582	3,40	1 440 193	3 313 939	0,43
2007												
Janeiro	60 263	7 930	7,60	49 210	3 877	12,69	1 991	585	3,40	1 434 944	3 322 487	0,43
Fevereiro	60 378	7 965	7,58	48 849	3 884	12,58	2 031	585	3,47	1 511 194	3 330 019	0,45
Março	60 472	7 984	7,57	46 291	3 881	11,93	1 938	583	3,32	1 487 483	3 335 948	0,45
Abril	60 715	8 004	7,59	49 752	3 884	12,81	2 263	580	3,90	1 541 101	3 343 132	0,46
Mai	60 317	8 050	7,49	46 883	3 881	12,08	1 833	583	3,14	1 474 152	3 349 451	0,44
Junho	60 565	8 077	7,50	47 744	3 890	12,27	1 779	583	3,05	1 462 852	3 354 093	0,44
Julho	60 460	8 088	7,48	45 629	3 902	11,69	1 810	580	3,12	1 436 578	3 332 570	0,43
Agosto	60 338	8 108	7,44	47 324	3 896	12,15	1 790	584	3,07	1 502 496	3 365 952	0,45
Setembro	60 308	8 159	7,39	48 961	3 899	12,56	1 966	579	3,40	1 524 670	3 366 836	0,45
Outubro	60 462	8 246	7,33	47 666	3 902	12,22	1 980	582	3,40	1 536 964	3 384 025	0,45

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 2000-2007

PERÍODO	VENDAS (m³)				
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP	Álcool Hidratado
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922	445 214
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977	430 828
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611	370 418
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226	377 078
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619	538 763
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119	516 442
2006	151 314	1 645 806	3 390 443	814 109	520 584
Janeiro	12 218	132 397	246 277	59 302	39 473
Fevereiro	11 709	131 399	271 674	57 334	39 442
Março	15 368	141 531	345 288	69 761	34 311
Abril	12 510	135 684	287 508	63 507	30 647
Maió	14 842	137 113	282 046	76 777	36 117
Junho	11 414	130 726	281 086	70 722	39 022
Julho	12 615	130 068	295 239	71 092	44 632
Agosto	12 049	140 253	307 627	73 351	45 096
Setembro	13 949	137 611	285 341	69 880	49 015
Outubro	12 875	138 167	291 125	68 434	49 152
Novembro	11 634	134 883	263 345	67 779	52 557
Dezembro	10 130	155 974	233 789	66 170	61 121
2007	24 848	258 181	508 239	123 301	83 210
Janeiro	12 092	133 729	237 177	63 292	43 997
Fevereiro	12 756	124 452	271 062	60 009	39 213

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2007

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51	82,43	82,91	89,81
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37	106,69	109,29	107,27
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42	105,76	108,27	106,16
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92	98,38	101,73	101,76
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88	147,91	148,51	159,10
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11	127,82	119,70	129,42
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74	66,62	77,46	98,72
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19	299,45	240,69	309,08
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	116,31	113,60	133,43	157,15	151,30	134,76	136,00	150,83
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	101,31	98,04	110,11	111,96	114,30	108,63	110,06	112,87

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07
Combustíveis e lubrificantes	88,40	87,10	83,63	83,34	90,56	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	97,11	95,49	93,24	84,92	90,05
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,57	112,83	110,60	140,26	113,64	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	111,53	111,68	114,28	120,84	118,82
Hipermercados e supermercados	111,60	111,75	109,55	139,01	112,62	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	110,46	110,74	113,26	119,90	117,66
Tecidos, vestuário e calçados	96,66	93,76	101,24	195,19	103,90	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	102,22	108,44	107,18	98,71	105,38
Móveis e eletrodomésticos	155,57	159,43	158,54	241,41	168,27	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	161,39	169,28	182,58	166,93	189,45
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	124,38	125,37	122,04	150,20	127,66	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	131,88	125,30	137,92	131,65	138,69
Livros, jornais, revistas e papelaria	61,98	58,05	51,71	123,15	87,65	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	75,18	80,79	86,27	74,08	77,37
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	269,10	277,95	278,50	393,73	318,83	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	323,06	347,85	355,91	352,63	368,70
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	134,74	156,17	161,75	276,73	150,30	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	143,97	143,64	157,85	150,55	173,81
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	113,04	113,97	112,87	153,87	117,34	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	116,22	117,35	120,89	119,66	123,92

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2007

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	102,3	97,6	115,3	107,4	
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	88,1	81,2	104,8	103,9	
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	124,7	118,1	124,1	109,4	
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	102,1	111,9	102,0	111,1	111,0	
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	116,8	105,9	120,8	114,6	
Edição, impressão e reprodução de gravações	
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	91,1	87,0	83,0	88,0	
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	53,7	66,8	53,4	47,2	
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	104,1	100,7	112,1	96,8	
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	89,1	78,9	93,1	81,1	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	90,6	100,7	122,5	92,7	
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	122,0	108,4	123,6	113,1	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	112,0	107,3	130,3	102,4	
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	117,5	159,9	217,8	181,3	
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	75,1	68,7	85,4	74,7	
SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																				
	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	
Indústria de transformação	122,6	118,9	115,4	128,2	119,9	127,2	123,7	113,6	124,2	105,6	106,1	128,4	121,4	124,9	122,6	127,4	136,7	123,3	145,5	145,5	
Alimentos	125,5	127,1	130,9	137,1	118,8	125,2	104,4	100,0	118,5	88,1	90,9	114,6	121,1	116,6	127,3	127,0	138,1	127,7	133,3	133,3	
Bebidas	100,6	96,8	95,7	125,9	109,6	135,7	150,7	162,6	109,9	115,8	108,9	121,1	109,2	105,7	88,9	97,7	116,3	111,8	123,2	123,2	
Madeira	104,4	104,2	97,2	96,1	98,8	94,9	95,2	87,1	95,9	89,2	90,3	91,4	86,0	101,3	98,7	98,8	106,2	97,8	99,1	99,1	
Celulose, papel e produtos de papel	117,3	97,3	118,0	119,3	115,8	116,9	119,2	116,1	114,0	115,0	107,8	118,1	117,5	111,7	119,5	120,3	124,6	91,4	114,3	114,3	
Edição, impressão e reprodução de gravações	200,1	209,9	163,1	168,4	258,3	268,1	327,4	303,6	185,0	197,9	197,8	236,6	230,0	30,0	102,8	149,9	168,5	155,0	296,9	296,9	
Refino de petróleo e álcool	106,6	104,3	111,5	109,1	98,0	101,6	95,5	91,9	95,3	86,9	69,5	93,2	90,5	106,0	99,1	92,6	106,1	103,5	105,6	105,6	
Outros produtos químicos	47,3	52,5	66,6	118,2	121,8	128,6	77,0	59,5	85,5	58,0	79,4	83,6	71,5	72,6	89,9	90,5	106,1	101,2	102,5	102,5	
Borracha e plástico	115,0	103,6	106,0	118,8	114,0	119,6	114,4	100,9	110,9	108,7	100,4	120,5	105,2	109,0	104,7	111,7	115,9	109,3	123,7	123,7	
Minerais não metálicos	95,9	94,5	86,1	95,5	90,1	92,7	91,5	92,2	96,5	90,8	97,7	108,8	119,6	115,5	87,5	83,2	83,1	79,0	100,3	100,3	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	101,3	103,3	99,6	105,3	95,8	105,5	111,2	101,1	111,3	90,7	99,3	121,9	113,3	125,9	97,7	120,1	127,0	106,8	110,3	110,3	
Máquinas e equipamentos	126,9	125,0	111,8	125,5	131,2	115,5	136,6	121,8	145,1	123,6	125,8	147,1	130,8	155,1	152,7	162,6	141,1	145,0	166,8	166,8	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	123,8	114,0	115,4	110,9	112,8	120,2	123,1	117,9	138,5	122,2	116,2	131,6	137,9	152,2	139,1	153,9	165,0	129,6	137,0	137,0	
Veículos automotores	207,9	190,9	147,7	191,6	132,2	174,4	176,7	145,1	219,5	167,6	176,0	238,0	185,7	233,0	215,8	228,0	255,2	206,3	289,6	289,6	
Mobiliário	89,6	76,7	81,7	101,5	94,4	105,9	123,2	102,4	97,9	81,9	84,5	92,6	93,4	100,3	95,4	100,9	109,6	105,3	115,2	115,2	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2007

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	104,8	104,8	105,1	105,7	106,2	106,9	107,1	106,2	106,4
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6	75,8	76,0	75,7
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	105,3	105,2	105,5	106,1	106,5	107,3	107,5	106,6	106,8
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	147,0	148,2	147,4	147,4	147,9	149,6	149,1	146,7	148,9
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2	87,1	85,4	87,1
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8	97,6	98,4	98,5
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1	132,6	133,9	130,9	129,1
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	90,2	92,0	95,4	97,2	95,4	97,7	106,8	106,5	111,0
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1	58,8	56,3	54,5
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	116,4	116,4	116,9	118,0	121,8	122,2	122,6	123,1	124,6
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5	262,5	263,7	261,7
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1	91,4	93,4	97,1
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	88,6	93,1	92,0	92,5
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9	111,3	113,9	114,3
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,4	72,1	70,6	69,6
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5	102,7	101,2	97,9
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5	124,4	125,3	126,2
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,8	95,6	94,8	94,3	95,0	93,8	94,1	93,9	94,8
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	112,3	112,0	111,2	112,4	112,4	112,5	112,2	112,1	112,1
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7	63,1	63,1	64,1

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Out/06	Nov/06	Dez/06	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07
Indústria geral	106,3	105,9	103,2	108,8	106,1	106,3	107,5	108,5	109,3	109,1	108,6	110,3	111,3	111,2
Indústrias extrativas	75,8	77,3	75,9	76,8	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7	77,1	76,5	77,0	76,1	76,3
Indústria de transformação	106,7	106,3	103,5	109,2	106,5	106,7	107,9	108,9	109,7	109,5	109,0	110,7	111,8	111,6
Alimentos e bebidas	149,9	150,3	150,3	156,6	155,9	157,8	158,1	156,4	157,2	155,5	155,7	154,7	157,4	157,4
Fumo	88,0	83,6	79,2	224,6	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2	279,8	84,3	85,2	86,0	89,0
Têxtil	99,2	97,1	92,5	91,7	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6	92,2	91,7	94,3	92,8	85,8
Vestuário	131,3	130,7	120,6	127,6	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9	127,7	126,2	129,7	129,8	125,9
Calçados e couro	110,4	106,3	94,6	104,3	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5	101,0	108,8	112,5	113,2	114,5
Madeira	53,1	51,3	50,5	50,0	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3	47,3	47,7	51,7	52,2	51,0
Papel e gráfica	124,8	126,6	124,8	127,4	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4	128,1	127,0	127,3	129,6	129,4
Refino de petróleo e combustíveis	226,4	207,2	152,5	233,5	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8	272,4	257,1	260,6	264,8	264,9
Produtos químicos	96,8	95,9	95,0	107,7	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0	109,1	108,2	108,4	109,4	109,0
Borracha e plástico	92,3	91,9	90,7	95,3	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4	97,9	96,3	97,2	93,3	94,3
Minerais não-metálicos	114,3	115,1	115,0	129,3	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6	128,5	128,3	130,6	129,2	132,5
Metalurgia básica	68,2	69,6	69,1	67,3	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1	67,0	66,5	69,1	69,3	72,2
Produtos de metal ⁽¹⁾	98,8	99,2	95,4	95,5	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0	97,2	95,0	95,6	98,9	99,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	125,6	126,6	125,4	131,6	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9	131,5	135,1	139,4	141,4	143,8
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	94,1	94,9	94,9	95,9	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9	98,2	96,8	94,0	94,4	93,2
Fabricação de meios de transporte	112,0	112,9	112,1	140,7	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6	141,4	142,2	145,5	148,6	149,0
Fabricação de outros produtos	65,7	66,3	65,6	65,4	65,9	64,4	63,9	63,5	64,4	66,5	65,4	65,2	66,2	68,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2007

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Mai	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914
Outubro	2 864	536	3 823	4 145	-195	-	11 173
Novembro	-3 941	97	5 407	3 701	-2 284	-	2 980
Dezembro	-8 382	-1 834	-719	-5 349	-5 551	-	-21 835
2007	63 727	9 565	31 518	36 525	12 244	-	153 579
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466
Julho	3 804	1 296	2 201	2 877	-110	-	10 068
Agosto	5 682	1 515	2 802	2 503	-466	-	12 036
Setembro	5 380	1 192	3 449	3 699	469	-	14 189
Outubro	4 695	510	4 745	2 691	447	-	13 088
Novembro	735	-734	6 739	3 071	-828	-	8 983

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2004-2007

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2004		Dezembro	5,5
Janeiro	7,1	2006	
Fevereiro	7,5	Janeiro	7,2
Março	8,9	Fevereiro	7,9
Abril	8,2	Março	8,2
Maiο	8,4	Abril	8,7
Junho	8,7	Maiο	7,6
Julho	8,9	Junho	6,8
Agosto	8,2	Julho	6,7
Setembro	7,9	Agosto	6,4
Outubro	8,4	Setembro	6,4
Novembro	8,0	Outubro	5,7
Dezembro	7,2	Novembro	5,9
2005		Dezembro	5,6
Janeiro	7,7	2007	
Fevereiro	8,7	Janeiro	5,6
Março	8,5	Fevereiro	6,6
Abril	8,2	Março	7,1
Maiο	8,1	Abril	6,4
Junho	7,9	Maiο	7,0
Julho	7,6	Junho	7,0
Agosto	7,6	Julho	7,2
Setembro	7,0	Agosto	6,8
Outubro	6,5	Setembro	6,3
Novembro	5,1		

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2006

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	2,66
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,15
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,66
2005	126 622	-0,10	2 147 239	3,16
2006 ⁽³⁾	...	1,4	2 332 936	3,75

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa, no caso do Paraná.

N.º 108 - janeiro/junho 2005

Desenvolvimento Regional e Inovação Empresarial: o impacto do desenvolvimento local nas determinantes de inovação das pequenas empresas

Maria Teresa de Noronha Vaz

Políticas de Preços Agrícolas e Estoques de Alimentos: origens, situação atual e perspectivas

*Guilherme Costa Delgado e
Júnia da Conceição*

São José dos Pinhais no Contexto da Recente Industrialização Metropolitana: reflexos socioespaciais

Lilian Pérsia de Oliveira Tavares

A Ocupação Urbana da Região Metropolitana de Maringá: uma história de segregação

Ana Lúcia Rodrigues

A Região de Salto Caxias no Sudoeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional

*Jandir Ferrera de Lima, Lucir Reinaldo Alves,
Cezar Karpinski, Carlos Alberto Piacenti e Moacir Piffer*

Estudo do Arranjo Produtivo Local Madeireiro do Vale do Iguaçu (PR/SC): capacitação tecnológica e política de desenvolvimento

*Rogério Antonio Enderle, Sílvio Antônio
Ferraz Cário e José Antônio Nicolau*

N.º 109 - julho/dezembro 2005

A Construção Civil como Instrumento do Desenvolvimento da Economia Brasileira

Luciene Pires Teixeira e Fátima Marília A. de Carvalho

Aspectos Contratuais e Performance do Seguro de Custeio Agrícola

Vitor Augusto Ozaki

Para Pensar a Socioeconomia das Organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno

*Carlos Alberto Cioce Sampaio,
Ivan Sidney Dallabrida e Valdinho Pellin*

Regionalização em Saúde e Procedimentos Hospitalares: uma abordagem metodológica

*Carmem Regina Ribeiro, Maria Luiza M. S. Marques Dias,
Sérgio Aparecido Ignácio e Arion César Foerster*

A Cidade e as Regiões Urbanizadas: aspectos da legislação brasileira e gestão regional

Maria Luiza Malucelli Araújo

Duração do Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba

Sachiko Araki Lira e Armando Vaz Sampaio

Notas de Pesquisa

Arranjos Produtivos Locais no Paraná

Grácia Maria Viecelli Besen e Paulo Roberto Delgado

Resenha

City Making and Urban Governance in the Americas. Curitiba and Portland. *Clara Irazábal*

Rosa Moura

N.º 110 - janeiro/junho 2006

Setores Alimentares e Relações Produtivas no Sistema Inter-Regional Paraná - Restante do Brasil

*Rossana Lott Rodrigues, Antonio Carlos Moretto,
Umberto Antonio Sesso Filho e Ricardo Kureski*

O Corredor da Moda do Norte-Noroeste do Paraná à Luz dos Arranjos Produtivos Locais

*Marcia Regina Gabardo da Camara, Luiz Gustavo Antonio de Souza
e Maria Aparecida de Oliveira*

Aprendizagem Coletiva e Avanços Tecnológicos e Ambientais na Agricultura Paranaense

Amalia Maria Goldberg Godoy

As Vilas Rurais na Região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes

*Jovir Vicentini Esser, Yonissa Marmitt Wadi,
Jefferson Andronio Ramundo Staduto e Marcelino de Souza*

Sistemas de Engenharia e Fluidez do Capital: os impactos econômicos e sociais locais engendrados pela rodovia PRT-163

*Cleverson Alexander Reolon, Valmir de Souza
e Pery Francisco Assis Shikida*

Ponto de Vista

La Próxima Revolución Industrial Comienza por lo Suntuario

Guillermo Foladori e Noela Invernizzi

Notas de Pesquisa

Identificação de Gargalos Tecnológicos da Agricultura Familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública

Lenita Maria Marques, Marisa Sugamoto e Paulo Wavruk

Resenha

Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: Lições da Experiência Européia. Antônio Carlos Figueira Galvão

Sandra Teresinha da Silva

N.º 111 - julho/dezembro 2006

O que é o urbano, no mundo contemporâneo

Roberto Luís Monte-Mór

Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira

Clóvis Ultramar e Denis Alcides Rezende

A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar

Renato Cymbalista

O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988

Alessandro Cavassin Alves

Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
e Márcio Douglas Brito Amaral*

História, cultura e projeto urbano: a barra do Rio Camboriú

Sergio Torres Moraes e Luciano Torres Tricário

Ponto de Vista

Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido?

Rosa Moura, Diócles Libardi e Maria Isabel Barion

Notas de Pesquisa

Os vários Paranas: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho

Rosa Moura, Diócles Libardi, Sandra T. da Silva e Maria Isabel Barion